

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ



PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

CÂMPUS ASSIS CHATEAUBRIAND

01/06/2012

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO
2. PERFIL INSTITUCIONAL
 - 2.1 INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARANÁ – IFPR
 - 2.2 CARACTERIZAÇÃO REGIONAL
 - 2.2.1 Aspectos Socioeconômicos
 - 2.3 NOSSO MUNICÍPIO
 - 2.3.1 Dados Estatísticos do Município
 - 2.4 CARACTERIZAÇÃO GERAL DO IFPR – CÂMPUS ASSIS CHATEAUBRIAND
 - 2.4.1 Endereço
 - 2.4.2 Histórico do Câmpus
 - 2.4.3 Cursos
 - 2.4.4 Orçamento Anual
 - 2.4.5 Contextualização da Realidade Escolar do Câmpus
 - 2.4.6 Equipe Pedagógica
 - 2.4.7 Número de Servidores Técnico-Administrativos (2012)
 - 2.4.8 Quadro de Docentes (2012)
 - 2.4.9 Formação Acadêmica dos Docentes (2012)
 - 2.4.10 Número de Alunos (2012)
3. EDUCAÇÃO PROFISSIONAL
4. ORGANIZAÇÃO DO CONSELHO DIRETOR
5. PLANO DE AÇÃO
6. CURRÍCULO
7. AVALIAÇÃO
8. EQUIPE PEDAGÓGICA
9. ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO.
10. CONSIDERAÇÕES FINAIS
11. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1 INTRODUÇÃO

No horizonte das transformações educacionais está a concepção de ensino numa perspectiva democrática. O marco para a democratização do país é a Constituição Federal de 1988, abrangendo todos os setores, inclusive o âmbito da educação nacional. Até então, não havia uma política pública efetiva de acesso universal ao ensino.

A Constituição Federal garante o direito à cidadania e à dignidade (art.1º, inc. II e III) e a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (art. 3º, inc. IV). Além desses, garante o direito de todos à educação visando o desenvolvimento pleno da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho no artigo 205, e a democratização do ensino no artigo 206.

O projeto político-pedagógico por se configurar como um processo essencialmente democrático abre o caminho para instauração da democracia nas instituições de ensino, sejam elas da educação básica ou superior. Por ser projeto busca uma direção, por ser pedagógico diz a respeito à prática pedagógica, por ser político insere a instituição no cenário sociopolítico.

É uma ação intencional, com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente. Por isso, todo projeto pedagógico da escola é, também, um projeto político por estar intimamente articulado ao compromisso sociopolítico com os interesses reais e coletivos da população majoritária. É político no sentido de compromisso com a formação do cidadão para um tipo de sociedade. (VEIGA, 1995, p. 12-13).

Assim, o projeto político-pedagógico enseja a busca de uma identidade para instituição, respeitando o seu papel social e articulando as atividades pedagógicas. O caráter de projeto também abre a dimensão do inacabado. O projeto político-pedagógico é um processo e como tal deve estar em constante construção e/ou reestruturação, sendo vivenciado dia a dia.

2 PERFIL INSTITUCIONAL

[1] Comentário: Recomendamos inserir como título: Marco Situacional (tendo em vista a proposta metodológica de organização do PPP). E escrever um parágrafo introdutório sobre os elementos presentes no Marco Situacional.

2.1. INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARANÁ – IFPR

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia foram instituídos pela lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008. Estes estão vinculados ao Ministério da Educação no âmbito do sistema federal de ensino.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná – IFPR – Câmpus Assis Chateaubriand compõe uma rede de quatorze institutos no estado do Paraná. Entre eles os seguintes municípios: Curitiba, Paranaguá, Campo Largo, Irati, Palmas, Foz do Iguaçu, Cascavel, Ivaiporã, Telêmaco Borba, Jacarezinho, Londrina, Paranavaí e Umuarama.

A missão do Instituto Federal do Paraná é promover e valorizar a educação profissional e tecnológica, com base na indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão, contribuindo para a formação do cidadão e da sustentabilidade da sociedade paranaense e brasileira, com amparo nos princípios da ética e da responsabilidade social.

Com isso, busca ser modelo de instituição de educação profissional e tecnológica caracterizada pelo compromisso social, ambiental e com a sustentabilidade, capaz de atuar com inovação e de forma transformadora.

Entre os princípios almejados, mencionados no Estatuto no seu artigo 3º, pelo instituto estão:

- Compromisso com a construção do saber e reconhecimento dos saberes sociais;
- Promoção de educação de qualidade, inclusiva e integradora, formadora de profissionais competentes e comprometidos com a responsabilidade socioambiental;
- Gestão participativa, dinâmica e transparente, comprometida com a qualidade de vida;

- Desenvolvimento de inovação tecnológica por meio de postura empreendedora;
- Comportamento ético orientado pelos princípios da dignidade humana, respeito às diferenças dos cidadãos e combate a todas as formas de discriminação;
- Respeito, preservação e disseminação da cultura e das tradições locais;
- Qualidade e excelência para promover a melhoria contínua dos serviços oferecidos, para a satisfação da sociedade.

De acordo com a Lei de criação (Lei nº 11.892/08) e com seu Estatuto, o IFPR tem as seguintes finalidades e características:

I – ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas à atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;

II – desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;

III – promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;

IV – orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;

V – constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;

VI – qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;

VII – desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;

VIII – realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;

IX – promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.

São alguns dos objetivos do IFPR, referentes ao ensino técnico profissional, mencionados no artigo 5º:

I – ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;

II – ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;

III – realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;

IV – desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;

V – estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional;

Com base nas premissas anteriormente apresentadas que o Câmpus de Assis Chateaubriand apoia o seu alicerce institucional, sempre levando em consideração as características regionais e locais que impregnam o fazer pedagógico-administrativo. Para aprofundar o conhecimento sobre o IFPR – Assis Chateaubriand é importante conhecer a realidade social, política, econômica e cultural a qual está inserido.

2.2 CARACTERIZAÇÃO REGIONAL

A Região Meio Oeste do Paraná é constituída pelos municípios de Assis Chateaubriand, Brasilândia do Sul, Cafelândia, Corbélia, Formosa do Oeste, Iracema do Oeste, Jesuítas, Quatro Centenário, Nova Aurora, Maripá, Palotina e Tupãssi. Esses municípios são todos constituídos por terras férteis com destaque nacional na produção agrícola, como também pela diversificação na base agropecuária e pela busca de alternativas da agroindustrialização e de competitividade.

2.2.1 Aspectos Socioeconômicos

Pelas terras férteis, diversificações na base agropecuária e pela busca de alternativas na agroindústria estão presentes na região as maiores cooperativas agrícolas do país como a Cooperativa Agroindustrial Consolata – Copacol; Cooperativa Agroindustrial - C. Vale; Cooperativa Agroindustrial – Coamo; Agrícola e Indústria – Siloti e Grupo I Ried & Cia que geram empregos, rendas e tributos através da agregação de valor aos produtos agrícolas, com participação no mercado nacional e Internacional.

A Copacol estruturou sua sede em Cafelândia e expandiu a sua área de ação com entrepostos em outros municípios da região como em Nova Aurora, Formosa do Oeste, Goioerê, Iracema do Oeste e Jesuítas. A Cooperativa é hoje referência no ramo do agronegócio e também oferece uma rede de supermercados com 10 lojas e 400 empregados diretos nos supermercados.

A C. Vale é uma cooperativa de produção agropecuária, com sede em Palotina e atuação no Paraná, Santa Catarina, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Paraguai. Possui 46 unidades de recebimento de produção. A cooperativa destaca-se a produção de soja, milho, trigo, mandioca, leite e suínos, e atua na prestação de serviços com mais de 150 profissionais que dão assistência agrônômica e veterinária aos associados. Produz semente de soja que é comercializada em todo Brasil. Além disso, a cooperativa mantém uma rede de supermercados com seis lojas. No segmento industrial, a C. Vale produz amido modificado de mandioca e rações. Neste mesmo segmento, mantém um complexo avícola com capacidade de abate de 500 mil frangos/dia. É o primeiro sistema de integração avícola brasileiro,

em escala comercial, a utilizar processos automatizados para o controle de ambiente.

A Coamo possui uma extensão territorial de quatro milhões de hectares e sua capacidade global de armazenagem é de 43,3 milhões de toneladas. No campo, com seus mais de 19 mil cooperados, que produzem, anualmente, o recebimento e a comercialização de mais de três milhões de toneladas de grãos. Assim, a cooperativa responde por 3,3% de toda produção nacional de grãos e fibras e de 16% da safra paranaense, atuando em 53 municípios do Paraná, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul. E quando o assunto é mercado externo mais uma vez a cooperativa se destaca exportando 11% do total de todas as cooperativas brasileiras. O escoamento da produção é feito com uma frota própria de 270 carretas e caminhões, e mais de 350 veículos de terceiros.

A Siloti Agrícola e Indústria foi fundada em 1980 em Assis Chateaubriand. Uma pequena fábrica de pipocas e fubá que se transformou em um grupo de negócios que hoje tem um importante significado econômico para Assis e região. Ao longo dos anos, vem firmando sua excelência no segmento agroindustrial e na produção de alimentos.

A Siloti vem melhorando suas estruturas, treinando sua equipe e tem alcançado o crescimento sustentado. No mercado brasileiro tem um portfólio de 22 itens, que são distribuídos por igual número de representantes em 12 estados do nosso país. Sempre trazendo produtos de qualidade e bons serviços, a empresa mantém três unidades agrícolas e dois industriais, prestando assistência ao homem do campo com modernas técnicas, do plantio à colheita, com profissionais habilitados para dar suporte¹.

A I. Riedi é uma empresa familiar desde sua fundação no ano de 1955, na cidade de Palotina/PR. Era um pequeno armazém de secos e molhados, visando suprir as necessidades dos pioneiros com roupas, alimentos, ferramentas e todos os produtos necessários para garantir o desenvolvimento da região. Hoje a I. Riedi comercializa seus produtos numa vasta região do oeste paranaense. São cerca de 25 municípios que produzem aproximadamente dois milhões de toneladas entre soja, milho e trigo, em cerca de quatrocentos e cinquenta mil hectares.

¹ Fonte: www.siloti.com.br

A I. Riedi investiu e ampliou suas estruturas aliando a crescente demanda por produtos e serviços de apoio aos agricultores. Passou a produzir sementes de soja e trigo, recebendo e armazenando a produção em unidades estrategicamente localizadas. Prestando assistência técnica, difundindo tecnologias, assessorando agricultores, prestando serviços e possibilitando a aplicação de corretivos de solo, enfim, atendendo técnica, financeira e comercialmente àqueles que são a razão de sua existência²||

[2] Comentário: Problematicar: será que é relevante apresentar cada empresa da região? Analisar se não é mais relevante apresentar como se organizam os arranjos socioprodutivos, em quais ramos ou áreas a região tem se desenvolvido do ponto de vista econômico, etc, mas de forma ampla e situando o câmpus nesse contexto, sem secundarizar os aspectos sociais e culturais, considerando a complexidade do mundo do trabalho.

A influência destas cooperativas/empresas na economia da região é indiscutível. Seus empreendimentos aceleram a economia e trazem benefícios para região como a abertura de novas vagas de emprego. Para atender a demanda de mão de obra qualificada exigida na região meio oeste do Paraná que o Instituto Federal do Paraná – Câmpus Assis Chateaubriand investe em cursos técnicos integrados, concomitantes e subsequentes. ||

[3] Comentário: Quanto a este aspecto, é importante problematizar: qual concepção de educação profissional apoia-se essa perspectiva? Nesse sentido, cabe indagar qual a função social do câmpus? A partir dessa ótica, orientamos observar o Parecer 11/12 (que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio), o qual apresenta aspectos importantes, apontando: "A Educação Profissional requer, além do domínio operacional de um determinado fazer, a compreensão global do processo produtivo, com a apreensão do saber tecnológico, a valorização da cultura do trabalho e a mobilização dos valores necessários à tomada de decisões no mundo do trabalho. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, portanto, devem estar centradas exatamente nesse compromisso de oferta de uma Educação Profissional mais ampla e politécnica." Assim como a Resolução CNE/CEB nº 06/2012, a qual estabelece, entre outros aspectos, princípios da Educação Profissional Técnica de Nível Médio (Art. 6º).

2.3 NOSSO MUNICÍPIO

O município de Assis Chateaubriand localiza-se na região Médio Oeste do Paraná, na Micro-Região 13 e faz divisa ao norte com Alto Piquiri e Iporã através do Rio Piquiri. Ao sul em linha seca com Toledo e Tupãssi. Ao Oeste em linha seca e pelos rios São Pedro e do Peixe com Palotina e ao Leste através do Rio Verde co Formosa do Oeste, Jesuítas e Nova Aurora. Assis Chateaubriand está a 588 km da capital Curitiba, a 679 km do Porto de Paranaguá e a 40 km do Aeroporto mais próximo em Toledo e a 1.150 da capital federal Brasília. O município completa em 2011, 45 anos - quatro décadas e meia de luta de um povo glorioso que ama seu pedaço de Brasil, vendo em cada nascer do sol, o marco de um novo dia, que brilha intensamente, como a esperança de cada chateaubriandense que no município faz sua escola, seu trabalho, seu lar e sua vida³.

Município que perpetua o nome de um dos maiores jornalistas brasileiros Assis Chateaubriand era anteriormente o distrito de Tupãssi e pertencia ao

² Fonte: www.Iriedi.com.br

³ Pesquisa histórica do jornalista Clóvis de Almeida Godoy.

município de Toledo. Situado no oeste paranaense, constituía apenas uma pequena localidade inexplorada, até que surgiu a empresa “A Colonizadora Norte do Paraná”, fundada pelo fazendeiro Oscar Martinez.

Tendo por finalidade cultivar e mil duzentos e cinquenta quilômetros de terras férteis, as famosas “terras roxas” do Vale do Piquiri, os lavradores da Norte do Paraná encetaram, em 1958, o desbravamento da região, dando início a um dos mais impressionantes desenvolvimentos populacionais do país.

Seu crescimento deve-se a colonização planejada e tem como fator preponderante a fixação em oito mil minifúndios dos lavradores do norte paranaense que, após anos de lutas, encontraram um lugar onde puderam se estabelecer como proprietários.

Quando da mudança do topônimo antigo de Tupãssi para o atual, foi sugerido pelo grande jornalista, seu patrono, em vez de seu próprio nome, o de Raposo Tavares, em justo preito ao pioneirismo bandeirante.

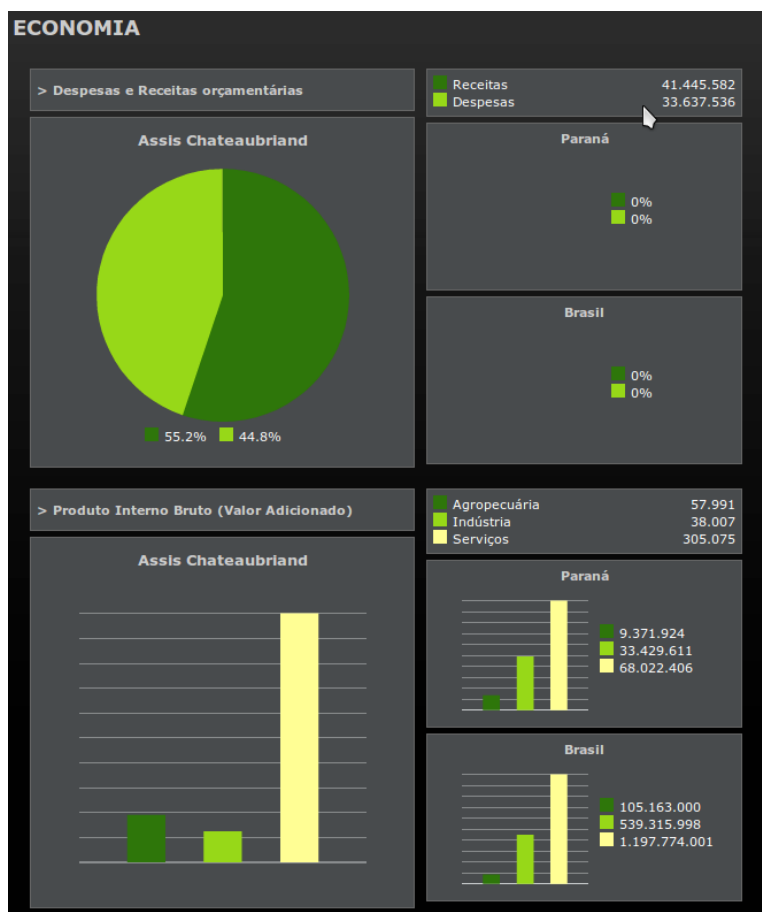
A substituição, porém não foi aceita, prevalecendo a homenagem que reverencia a um dos baluartes da imprensa nacional.

Assis Chateaubriand compõe-se de três distritos: Distrito Sede, Bragantina e Encantado do Oeste; e conta com os patrimônios de Engenheiro Azauri, Silveirópolis, Terra Nova do Piquiri e Nice. O município conta com trinta e três mil habitantes, e o conjunto dos municípios que compõem a microrregião possui uma população de cento e doze mil habitantes⁴.

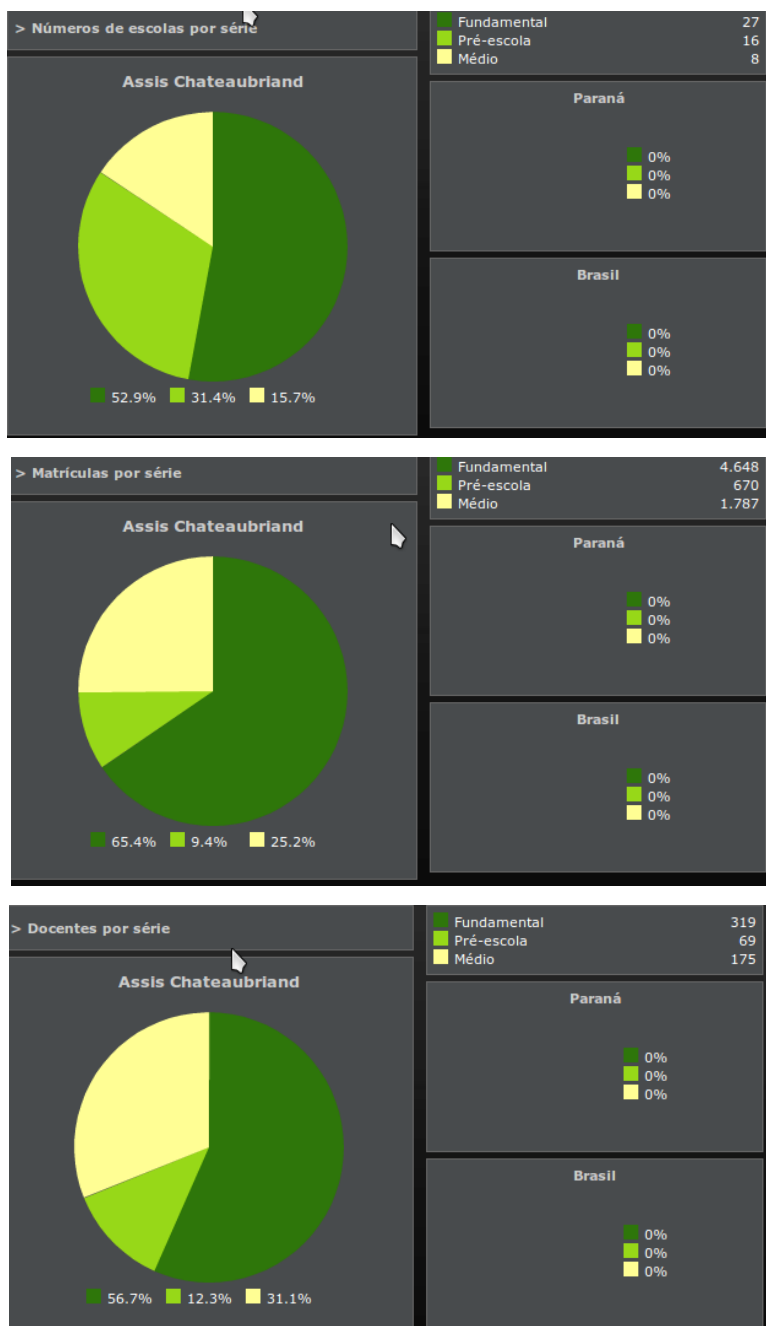
2.3.1 Dados Estatísticos do Município

Economia com base nos dados do Censo 2010.

⁴ Fonte IBGE 2010.



Educação com base no Censo 2010



2.4 CARACTERIZAÇÃO GERAL DO IFPR – CÂMPUS ASSIS CHATEAUBRIAND

2.4.1 Endereço

Avenida Cívica, 473 – Centro.

CEP: 85935-000

Assis Chateaubriand/PR

2.4.2 Histórico do Câmpus

Após algumas tentativas, sem êxito, na implantação de diferentes instituições de ensino superior, no ano de 2009 deu-se início a negociação para a vinda do IFPR ao município de Assis Chateaubriand. No dia 24 de maio de 2010, iniciavam as aulas dos três primeiros cursos técnicos no então Núcleo Avançado de Assis Chateaubriand, que estava sob a responsabilidade do Câmpus Umuarama. Os cursos eram de Manutenção e Suporte em Informática, Eletrotécnica e Telecomunicações.

[4] Comentário: Acrescentar que se tratavam de cursos técnicos na forma de oferta subsequente ou concomitante ao ensino médio

No final de 2010, o Núcleo Avançado passou para Câmpus Avançado, além de ofertar mais três cursos para 2011: Orientação Comunitária, Informática e Agroecologia. Neste ano o IFPR - Câmpus Avançado Assis Chateaubriand contava com a colaboração de oito servidores, sendo eles, cinco professores e três técnicos administrativos, também faziam parte da equipe dois professores substitutos. A estrutura física abrangia três salas da Casa de Cultura. Ao final do ano de 2010 deu-se início a construção da nova sede do IFPR em Assis Chateaubriand.

[5] Comentário: Acrescentar que se tratavam de cursos técnicos na forma de oferta subsequente ou concomitante ao ensino médio

Em setembro de 2011 o Câmpus de Assis Chateaubriand passa estabelecer-se como câmpus independente de Umuarama constituindo uma direção geral, direção de ensino e direção administrativa.

Atualmente, fazem parte da equipe vinte e um docentes, sete técnicos administrativos, duas estagiárias. Também conta com quatro zeladoras e quatro guardas terceirizados. A estrutura física da nova sede do Câmpus Assis Chateaubriand possui dois laboratórios de informática, seis salas de aula, três laboratórios (física, química e biologia), um anfiteatro que suporta cento e sessenta pessoas, uma biblioteca, sala dos professores, secretaria acadêmica, cantina, sala de reprografia, setor Financeiro, sala direção geral, secretaria da direção geral e sala de direção administrativa e direção de ensino.



2.4.3 Cursos

Presenciais:

- Técnico em Agroecologia
- Técnico em Manutenção e Suporte em Informática
- Técnico em Informática
- Técnico em Eletrotécnica
- Técnico em Telecomunicações
- Técnico em Orientação Comunitária
- Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio
- Técnico em Eletromecânica (novo)

[6] Comentário: Acrescentar a forma de oferta – subsequente ou concomitante ao Ensino Médio

Cursos Técnicos à Distância

- Administração
- Secretariado
- Meio Ambiente
- Logística

[7] Comentário: Acrescentar forma de oferta – subsequente ao ensino médio

- Segurança do Trabalho
- Eventos

2.4.4 Orçamento Anual

Tendo por base a relação das demandas planejadas para o exercício de 2012 – SISPLAN, o orçamento previsto para o corrente ano no Câmpus de Assis Chateaubriand é de 3.736.348,00.

[8] Comentário: Contextualizar o que é o SISPLAN

2.4.5 Contextualização da Realidade Escolar do Câmpus

O perfil do aluno que busca sua formação no IFPR - Câmpus de Assis Chateaubriand vem transformando-se ao longo desses dois anos de atividade pedagógica. Inicialmente a procura era essencialmente composta de alunos em busca de aperfeiçoamento profissional, estes visavam obter nos cursos oferecidos pelo IFPR uma complementação para a prática que já exerciam. Eram alunos com uma média de idade mais avançada (acima de 30 anos), segundo pesquisa realizada pela instituição. Atualmente há uma crescente **miscigenação** no perfil dos educandos do câmpus. Os jovens que terminam o ensino médio estão mais conscientes da importância da qualificação profissional e veem nesta uma oportunidade para ascensão social. Entretanto a maior diferença na faixa etária está nos cursos concomitantes, estes apresentam índices mais altos de alunos com idade inferior a 25 anos.

[9] Comentário: Sugere-se: com idade superior a 30 anos

2.4.6 Número de Servidores Técnico-Administrativos (2012)

Função	Ensino Médio	Graduação (em curso)	Superior completo	Pós-graduação	Total
Auxiliar de Biblioteca	01	0	0	0	01
Assistente em administração	0	04	0	0	04

Técnico em Contabilidade	01	0	0	0	01
Administrador	0	0	0	0	0
Contador	0	0	0	0	0
Pedagogo	0	0	0	0	0
Técnico em Assuntos Educacionais	0	0	02	02	02
Bibliotecário	0	0	0	0	0

2.4.7 Quadro de Docentes (2012)

Atuação Profissional: Cursos	Número de professores
Técnico em Agroecologia	05
Técnico em Manutenção e Suporte em Informática	07
Técnico em Informática	03
Técnico em Eletrotécnica	08
Técnico em Telecomunicações	05
Técnico em Orientação Comunitária	09
Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio	11
Total de Docentes	21

2.4.8 Formação Acadêmica dos Docentes (2012)

Docente	Graduação sem Licenciatura	Graduação com Licenciatura	Aperfeiçoamento	Especialização	Mestrado	Doutorado	Total
AGE	03	02	-	01	03	01	05
MSI	05	01	-	02	04	-	07

[10] Comentário: Acrescentar: por curso, colocar curso por extenso.

INF	03	-	-	01	02	-	03
ELE	05	03	-	01	05	-	08
TEL	05	-	-	01	03	-	05
OC	01	08	-	02	06	01	09
IIN	-	11	-	03	08	-	11

2.4.9 Número de Alunos (2012)

Cursos - séries	Número de turmas	Número de alunos	Período			Total
			Mat	Vesp	Not	
Técnico em Agroecologia	01	16	-	16	-	16
Técnico em Manutenção e Suporte em Informática	01	19	-	-	19	19
Técnico em Informática	01	09	-	09	-	9
Técnico em Eletrotécnica	02	54	-	-	54	54
Técnico em Telecomunicações	01	14	-	-	14	14
Técnico em Orientação Comunitária	02	63	-	-	63	63
Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio	01	28	28	-	-	28

Atualmente, possuímos 203 estudantes matriculados em sete cursos técnicos presenciais: Técnico em Agroecologia, Técnico em Manutenção e Suporte em Informática, Técnico em Informática, Técnico em Eletrotécnica, Técnico em Telecomunicações, Técnico em Orientação Comunitária e Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio. E 100 alunos nos cursos a distância.

3 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

A Educação Profissional tem seu alicerce na Carta Magna brasileira e na Lei Federal 9.394/96 (LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional). Estas entendem a educação profissional como direito para o desenvolvimento pleno da vida.

A CF/88 destaca em seu artigo 227 que o dever da família, da sociedade e do Estado é

“assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária”.

Já a LDB cita que a educação profissional:

Da Educação Profissional

Art. 39. A educação profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva.

Parágrafo único. O aluno matriculado ou egresso do ensino fundamental, médio e superior, bem como o trabalhador em geral, jovem ou adulto, contará com a possibilidade de acesso à educação profissional.

Art. 40. A educação profissional será desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho.

Art. 41. O conhecimento adquirido na educação profissional, inclusive no trabalho, poderá ser objeto de avaliação, reconhecimento e certificação para prosseguimento ou conclusão de estudos.

Parágrafo único. Os diplomas de cursos de educação profissional de nível médio, quando registrados, terão validade nacional.

Segundo o Parecer CNE/CEB 16/99 após o ensino médio tudo é considerado educação profissional, tanto o ensino técnico e tecnológico como os cursos sequenciais. A diferença está no nível de exigência das competências e da qualificação dos egressos, da densidade do currículo e respectiva carga horária. O mesmo documento alude o conjunto de princípios que regem a educação profissional.

Os princípios orientadores da educação profissional incluem os comuns à educação básica, que são os valores éticos, estéticos e políticos, e os que definem sua identidade e se referem ao desenvolvimento de competências para a laborabilidade, à flexibilidade, interdisciplinaridade e a contextualização na organização curricular, à identidade dos perfis profissionais de conclusão, à atualização dos cursos e seus currículos e a autonomia da escola em seu projeto pedagógico. Este último, a autonomia da escola em seu projeto pedagógico, será aprofundado no decorrer deste documento.

4. ORGANIZAÇÃO DO CONSELHO DIRETOR

A elaboração do projeto político-pedagógico é a concretização da autonomia na escola, em nosso caso, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. O sistema que era primordialmente instituído, em que diretores e supervisores trabalhavam independentemente dos docentes e estes por consequência não compartilhavam das decisões administrativas e político-pedagógicas, precisa ser superado em benefício de uma gestão educacional mais participativa.

A discussão a respeito do tema sobre a gestão educacional ganhou evidência no Brasil a partir da década de 1990. Houve um deslocamento do enfoque de administração escolar para gestão educacional. Tal mudança não se configura apenas como uma simples substituição terminológica, ela representa uma alteração de concepção da realidade. Segundo Lück (2006), a dinâmica da realidade faz com que fatos e fenômenos alterem seu significado ao longo do tempo.

No que se refere à concepção de gestão educacional, não há apenas uma substituição ao termo administração. O conceito de gestão supera a visão puramente administrativa dando maior abrangência ao significado e entendimento da questão.

[11] Comentário: É necessário observar a nova redação da LDB 9394/96 dada pela Lei 11.741/2008 (que altera dispositivos da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica): Considerar Seção IV-A Da Educação Profissional Técnica de Nível Médio (que faz parte do Capítulo II – Da Educação Básica) e, quanto ao CAPÍTULO III - DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL Da Educação Profissional e Tecnológica, os Artigos 39, 41 e 42 sofreram alterações.

[12] Comentário: É importante observar o Parecer CNE/CEB nº 11/2012, que trata da Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, o qual foi recentemente homologado. Também quanto a essa afirmação, alertamos para a nova legislação pois, em virtude da promulgação do decreto nº, 5.154/04, concebe de outra forma a educação profissional, buscando romper com a fragmentação entre ensino médio e educação profissional.

[13] Comentário: O texto apresentado nesse item refere-se a concepção de gestão, a qual deve fazer parte do marco conceitual. Também é necessário situar o lugar do conselho diretor e demais instâncias e como atuam na gestão do câmpus.

Gestão educacional corresponde ao processo de gerir a dinâmica do sistema de ensino como um todo e de coordenação das escolas em específico, afinado com as diretrizes e políticas educacionais públicas, para implementação das políticas educacionais e projetos pedagógicos das escolas, comprometido com os princípios da democracia e com métodos que organizem e criem condições para um ambiente educacional autônomo (soluções próprias, no âmbito de suas competências) de participação e compartilhamento (tomada conjunta de decisões e efetivação de resultados), autocontrole (acompanhamento e avaliação com retorno de informações) e transparência (demonstração pública de seus processos e resultados). (LÜCK, 2006, p.35).

O conceito restrito e verticalizado de administração escolar não atende as exigências dessa nova organização da educação. Embora isso não signifique que a administração não faça mais parte do contexto. Pelo contrário, a administração passa a se constituir como peça fundamental da gestão educacional, nas questões relativas à autonomia administrativa e financeira.

No sistema educacional brasileiro a ação participativa vem sendo o principal objetivo da gestão educacional. Conforme Lück, (2006, p. 36), “a lógica da gestão é orientada pelos princípios democráticos e é caracterizada pelo reconhecimento da importância da participação [...]”. Porém, a autora destaca que, quando se fala em participação no âmbito educacional, entende-se como trabalho a ser realizado na escola, esquecendo-se, muitas vezes, de que o conceito de gestão abrange todo o sistema de ensino.

O mesmo acontece com o entendimento de autonomia. O governo vem descentralizando a administração financeira das escolas, porém, a autonomia político-pedagógica não recebe o mesmo tratamento. Há uma divisão de responsabilidades com a sociedade na promoção da educação sob o slogan de que a escola é de todos, mas não existe uma participação efetiva na definição das políticas educacionais.

Os processos de gestão pressupõem a ação ampla e continuada que envolve múltiplas dimensões, tanto técnicas quanto políticas e que só se efetivam, de fato, quando articuladas entre si. Podemos afirmar, portanto, que toda visão que exclui alguma dimensão é limitada, de modo que se articulem diferentes concepções, a fim de se construir uma referência própria, a mais abrangente e aprofundada possível, para a gestão educacional e escolar. (Ibid, 2006, p. 31).

A concepção de gestão corresponde a todo sistema de ensino, ou seja, desde o seu contexto mais amplo, que abrange as políticas educacionais, até o mais específico, relacionado à unidade escolar. “Portanto, quando se fala sobre gestão educacional, faz-se referência à gestão em âmbito macro, a partir dos órgãos superiores dos sistemas de ensino, e em âmbito micro, a partir das escolas”. (Ibid, 2006, p.25).

Assim sendo, a proposta de gestão democrática vem ao encontro das necessidades adquiridas pelo sistema de ensino inclusivo. A escola que segue uma perspectiva de gestão democrática busca destacar a importância da participação de todos, abrindo um espaço para as diversidades. Conforme Libâneo; Oliveira; Tochi (2006 p. 328), “A participação é o principal meio de assegurar a gestão democrática, possibilitando o envolvimento de todos os integrantes da escola no processo de tomada de decisões e no funcionamento da organização escolar”.

Segundo Lücke (2001), a gestão democrática pressupõe um trabalho integrado em que todas as pessoas que fazem parte da comunidade escolar possam participar das decisões e vivências do cotidiano da escola e que esta possa se tornar um ambiente de participação e respeito às diferenças.

Para isso, as concepções antigas de igualdade, no sentido de homogeneidade, e padronização

na aprendizagem, devem dar espaço a conceitos como respeito às diferenças, autonomia e heterogeneidade no contexto escolar.

Com isso, a formação docente torna-se o centro das atenções no âmbito escolar. “O professor e sua necessária formação aparecem como elementos decisivos no encaminhamento dessa versão de gestão. Ou seja, o professor assume o papel de gestor da educação e a sua formação deve reafirmar tal função”. (Michels, 2006, p. 421).

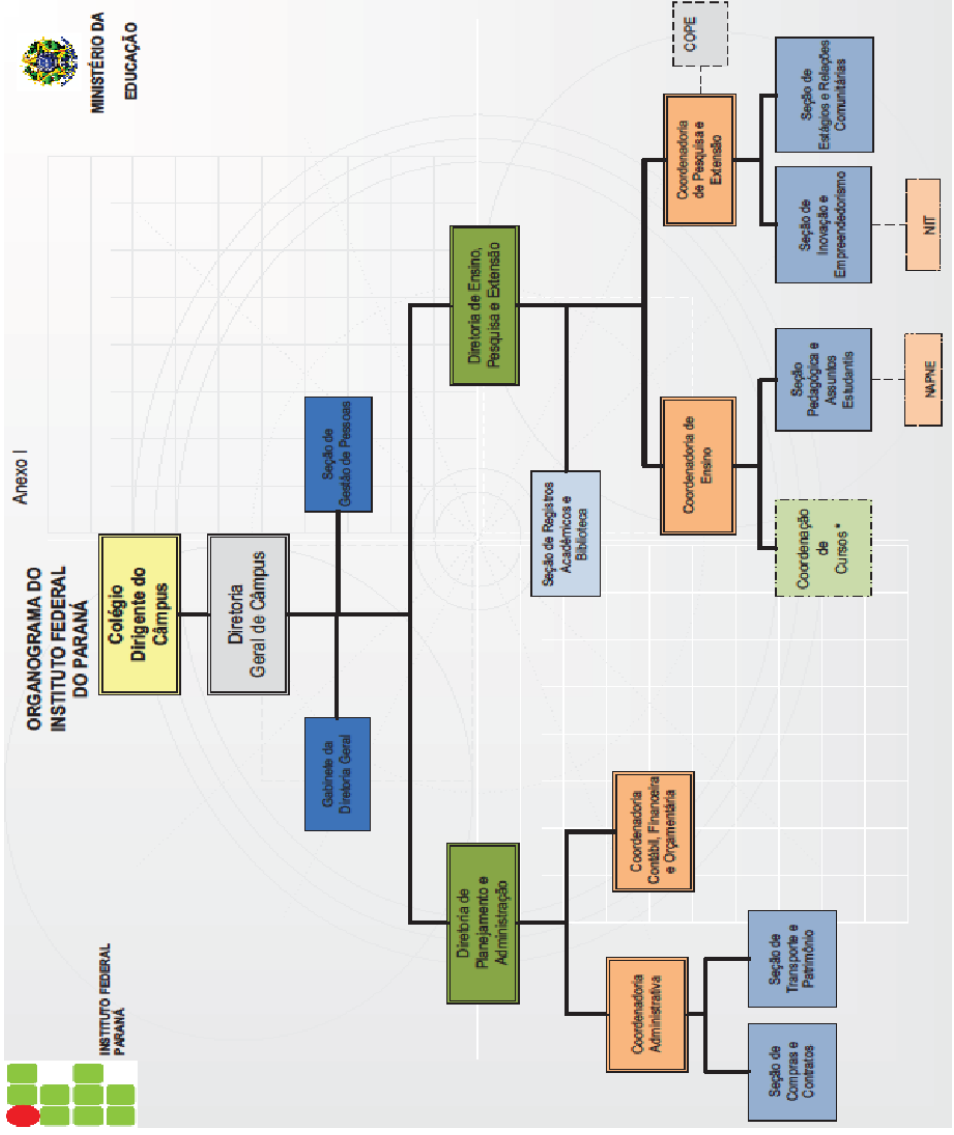
O papel do professor não se restringe mais apenas a atuação em sala de aula. Como membro da equipe pedagógica este possui uma responsabilidade maior com o processo de ensino-aprendizagem como um todo.

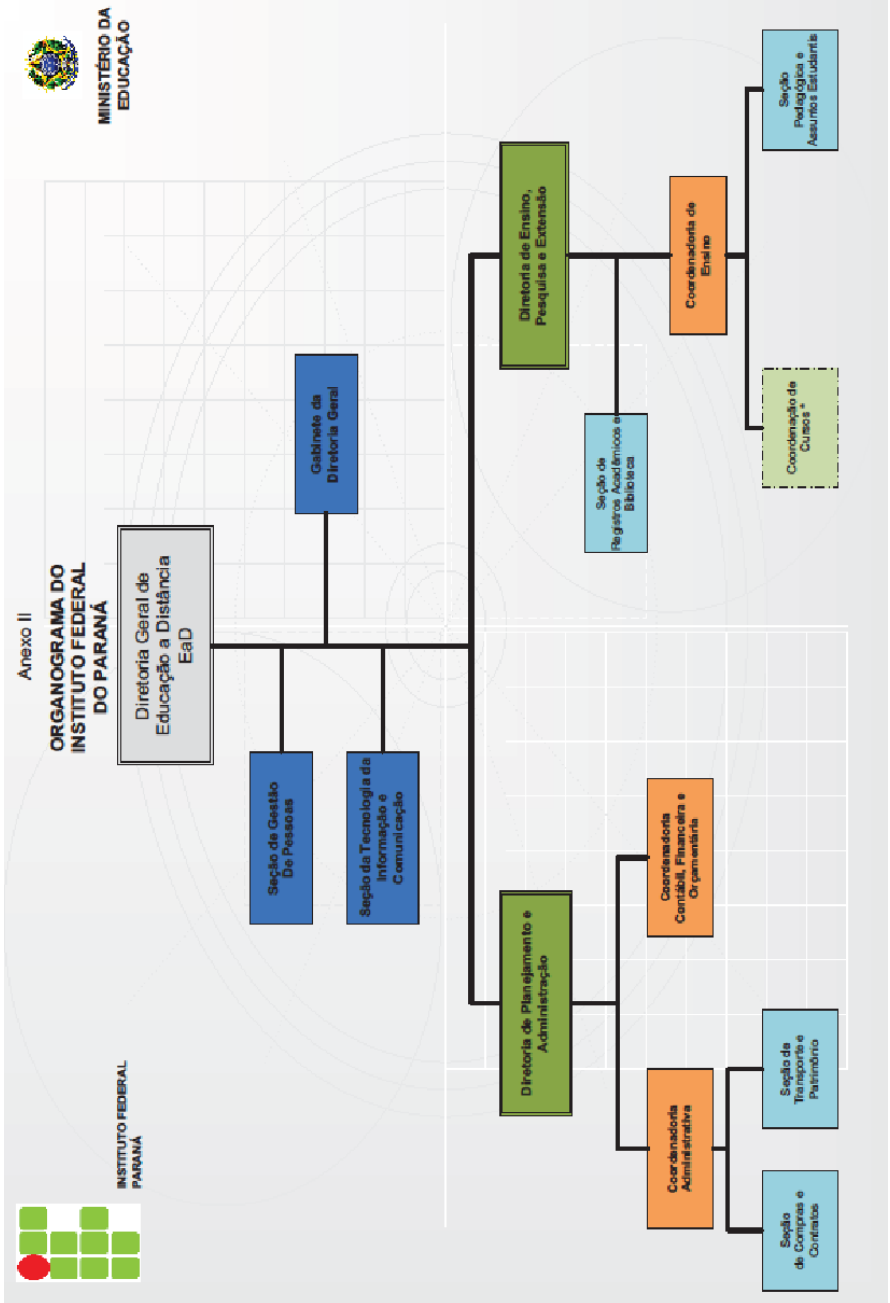
Ao que se refere à parte administrativa, esta dificilmente escapa do caráter burocrático. As instituições necessitam de uma estrutura organizacional que sustente o andamento das atividades no estabelecimento como um todo. Como mencionado anteriormente a administração faz parte da gestão educacional, mas não a enclausura.

A administração no Câmpus de Assis Chateaubriand organiza-se através de uma direção geral, diretor administrativo e diretor de ensino e demais subdivisões conforme organograma abaixo.

5. PLANO DE AÇÃO

[14] Comentário: Esse item não está claro, na sequência observa-se apenas os organogramas institucionais mas não há um texto que apresente e contextualize o plano de ação.





6. CURRÍCULO

A construção do currículo envolve duas questões de extrema relevância para uma instituição de ensino. Diz respeito da identidade da instituição e da concepção de sujeitos que esta pretende formar. A escolha do caminho a seguir não é imparcial, possui um caráter político e está intimamente relacionada com os fundamentos e objetivos que a proposta curricular suscita.

A elaboração do Projeto Político Pedagógico estabelece um momento categórico não apenas para a elaboração do currículo, mas, essencialmente, para o destino dos sujeitos que irão se formar por meio daquele projeto.

Segundo a Lei Federal 11.892 de 2008, que institui os Institutos Federais, o foco destes é a promoção da justiça social, da equidade, do desenvolvimento sustentável com vistas a inclusão social, assim como a busca de soluções técnicas e geração de novas tecnologias.

Estas instituições devem responder as demandas crescentes por formação profissional, por difusão de conhecimentos científicos e de suporte aos arranjos produtivos locais.

Os institutos federais podem atuar em todos os níveis e modalidades da educação profissional. Na sequência estão especificadas as modalidades de ensino e a organização curricular de cada curso oferecido pelo IFPR – Câmpus Assis Chateaubriand.

Técnico Subsequente

O curso técnico subsequente, ou pós-médio, é voltado aos estudantes que já concluíram o Ensino Médio e buscam a formação técnica. O curso tem duração de 2 anos ou 18 meses e confere ao formado o diploma de técnico de nível médio. Cursos oferecidos pelo Câmpus Assis Chateaubriand na modalidade subsequente:

- Manutenção e Suporte em Informática
- Telecomunicações
- Eletrotécnica
- Orientação Comunitária
- Eletromecânica

[15] Comentário: Alterar: na forma subsequente ao Ensino Médio

Técnico Em Manutenção E Suporte Em Informática

A organização do Curso Técnico em Manutenção e Suporte em Informática tem como princípio fundamental a relação teoria-prática, que resultam num processo pedagógico centrado em seminários, visitas técnicas, pesquisas, práticas laboratoriais, estudos de caso e desenvolvimento de projetos, entre outros.

a) Objetivos Gerais: O Curso Técnico em Manutenção e Suporte em Informática tem como principal objetivo oferecer aos alunos egressos do ensino médio, e aos trabalhadores em geral, a possibilidade de acesso à Educação Profissional como forma de capacitação para o trabalho e emprego. Visa ainda colaborar com o desenvolvimento econômico sustentável de Assis Chateaubriand e cidades vizinhas.

b) Objetivos Específicos: Formar o Técnico em manutenção e Suporte em Informática capaz de atuar com especificidade em manutenção e suporte de computadores e redes, tanto em hardware quanto software.

Conforme a proposta educacional da instituição objetiva-se também uma

[16] Comentário: Quanto ao currículo, não é necessário apresentar no texto do PPP uma síntese do projeto pedagógico de cada curso (recomendamos suprimir). Os projetos pedagógicos dos cursos são o núcleo do PPP, constituindo-se como anexos do PPP, já possuem sua proposta explícita no PPC. Dessa forma, no PPP, quanto ao currículo, é necessário apresentar no marco situacional os aspectos gerais da organização curricular do câmpus, explicitando a situação, como está sendo desenvolvido e organizado o currículo, etc. No marco conceitual apontar a Concepção de Currículo, dinâmica do currículo, reflexão sobre o trabalho pedagógico, elementos que fundamentam, etc. No marco operacional, apresentar as demandas e ações necessárias quanto ao currículo, em termos de linhas de ações.

formação humanística e integral para que além de técnicos, os profissionais sejam cidadãos críticos e reflexivos capazes de compreender e atuar em sua realidade, explorando o uso das tecnologias com responsabilidade social.

Organização curricular:

A organização curricular do Curso Técnico em Manutenção e Suporte em Informática está amparada nas determinações legais presentes nas diretrizes curriculares nacionais para a educação profissional de nível técnico, nos referenciais curriculares nacionais da educação profissional e no decreto 5.154/2004.

O Curso Técnico em Manutenção e Suporte em Informática possui uma carga horária total de 1.100 (mil e cem) horas, estruturado em regime seriado semestral, dividido em 03 (três) períodos semestrais noturnos que abordam conhecimentos próprios do Eixo Tecnológico Informação e Comunicação.

Na organização curricular estão presentes todos os conteúdos pertinentes à formação técnica do educando, buscando o enfoque das necessidades regionais atreladas à informática. Os conteúdos encontram-se divididos em 03 (três) módulos semestrais, descritos como:

- Módulo I: Suporte em informática – Teoria e Prática, com 340 horas;
- Módulo II: Infraestrutura de Tecnologia da Informação, com 340 horas;
- Módulo III: Soluções e Projetos em Tecnologia da Informação, com 420 horas.

O primeiro módulo aborda os fundamentos básicos de informática, com conhecimentos básicos de inglês, matemática e eletricidade, bem como conhecimentos técnicos que abrangem desde os componentes de hardware até as redes de computadores e técnicas de suporte e manutenção.

De posse dos conhecimentos obtidos através Módulo I, o Módulo II consiste em fornecer ao aluno o aprendizado sobre conceitos relacionados à Infraestrutura de Tecnologia da Informação. Tais conceitos abordam princípios de Lógica de Programação, Sistemas Operacionais e Bancos de dados, bem como conhecimentos técnicos de administração de serviços Linux e Windows e elaboração de estruturas para redes de computadores. Visando a interação com o ser humano, nesse módulo serão abordados conceitos de Legislação, Ética e

Sociedade.

Buscando a preparação do aluno para o mundo do trabalho, o Módulo III consiste em fornecer subsídios práticos para tecnologias atuais do campo da Informática. Parte do módulo dar-se-á com a realização de Prática Profissional Orientada, como forma de propiciar uma convivência mais consistente com a área, relacionando teoria e prática abordadas em sala de aula e laboratórios.

Considerando que o aluno já obteve nos Módulos I e II noções de programação de sistemas, no Módulo III são fornecidos conhecimentos sobre Tecnologias Web e Programação Aplicada à Automação. Da mesma forma, com conhecimentos adquiridos sobre sistemas operacionais, redes de computadores e serviços Linux e Windows, são abordados fundamentos de servidores computacionais, redes sem fio e segurança da Informação. Visando a continuidade da relação com a comunidade e o mundo do trabalho, são fornecidos aparatos para desenvolvimento de projetos, através das disciplinas de Empreendedorismo em Tecnologia da Informação e Metodologia Científica Aplicada.

Durante o curso, o aluno é permanentemente instigado a resolver problemas que simulem situações cotidianas em que são necessárias soluções computacionais eficientes e eficazes que facilitem e agilizem a realização de tarefas nos mais diversos setores das organizações.

Em outras palavras, busca-se a formação de um profissional consciente, com capacidade de discernimento para as mais variadas situações que venham ocorrer dentro de uma área que passa por constantes mudanças, além de formar cidadãos responsáveis e comprometidos com a sociedade.

Ao término dos três módulos será oferecido ao concluinte do curso Técnico em Manutenção e Suporte em Informática, caso seja de seu interesse, um módulo adicional através da modalidade FIC – Formação Inicial e Continuada – para que este possa aprimorar e aprofundar seus conhecimentos adquiridos ao longo do curso técnico, sendo garantida sua vaga, caso haja demanda para a formação do referido curso FIC.

Ao término do segundo módulo, a coordenação do curso Técnico em Manutenção e Suporte em Informática divulgará a proposta do módulo adicional, na modalidade FIC, contendo: denominação, número mínimo e máximo de

participantes, componentes/áreas curriculares, data de início das atividades, carga horária, critérios de seleção dos participantes, público alvo, entre outras informações. Com a divulgação da proposta caberá ao aluno que tiver concluído os dois primeiros módulos da matriz curricular do curso Técnico em Manutenção e Suporte em Informática comunicar o seu interesse em realizar o módulo adicional na modalidade FIC, até a data limite a ser divulgada junto com a divulgação da proposta. Essa manifestação de interesse tem a finalidade de se realizar um levantamento da demanda para criação do módulo adicional, além de garantir a vaga deste aluno no referido módulo. Definidos os alunos que manifestaram interesse em participar do módulo adicional e os conhecimentos que desejam se especializar, será elaborado o módulo adicional na modalidade FIC.

As vagas remanescentes do módulo adicional - modalidade FIC (total de vagas do módulo adicional menos o total de alunos interessados do curso Técnico em Manutenção e Suporte em Informática - turma corrente) serão oferecidas à comunidade externa para aqueles que comprovarem através de diplomas ou certificados de conclusão de curso Técnico em manutenção e Suporte em Informática, expedidos por instituições de ensino reconhecidas pelo Ministério de Educação – MEC, para que também possam aprofundar seus conhecimentos na área de tecnologia de informação.

Para a conclusão do Curso Técnico em Manutenção e Suporte em Informática, o aluno deverá realizar a prática profissional orientada que é parte integrante do currículo mínimo do curso, com carga horária de 80 horas. Na educação profissional deve se repetir que não há dissociação entre teoria e prática. O ensino deve contextualizar competências, visando significativamente a ação profissional. Daí que a prática se configura não como situações ou momentos distintos do curso, mas como uma metodologia de ensino que contextualiza e põe em ação o aprendizado (Parecer CNE/CEB Nº 16/99).

Nesse sentido, a prática profissional supõe o desenvolvimento, ao longo de todo o curso, de atividades tais como, estudos de caso, conhecimento de mercado e das empresas, pesquisas individuais e em equipe, projetos, estágios e exercício profissional efetivo. A prática profissional poderá ser realizada em empresas ligadas ao setor de Informação e Comunicação, afins e correlatos.

A prática profissional constitui e organiza o currículo, devendo ser a ele

incorporada. Assim as situações ou modalidades e o tempo de prática profissional já estão previstos na organização curricular do plano de curso.

O estágio não obrigatório também previsto neste projeto é aquele desenvolvido como atividade opcional pelo aluno, acrescida à carga horária regular e obrigatória. (Art. 2º, § 2º da Lei nº 11.788 de 25/09/2008).

A prática profissional poderá ser realizada a partir do segundo módulo do curso e o estágio não obrigatório poderá ser realizado a partir do primeiro módulo do curso e ambos deverão proporcionar ao aluno experiências profissionais correlatas, introduzindo-o em situações de trabalho que lhe assegurem possibilidades de sucesso por ocasião do exercício de sua profissão.

MÓDULO I: SUPORTE EM INFORMÁTICA – TEORIA E PRÁTICA			
ÁREA CURRICULAR	CARGA HORÁRIA (h)		
	TEÓRICA	PRÁTICA	TOTAL
Informática Instrumental	17	51	68
Organização e Arquitetura de Computadores	34	34	68
Redes de Computadores I	34	34	68
Inglês Instrumental	34	--	34
Suporte Técnico e Manutenção	17	17	34
Fundamentos de Matemática	34	--	34
Fundamentos de Eletricidade	17	17	34
TOTAL	187	153	340
MÓDULO II: INFRAESTRUTURA DE TI			
ÁREA CURRICULAR	CARGA HORÁRIA (h)		
	TEÓRICA	PRÁTICA	TOTAL
Lógica de Programação	34	34	68
Sistemas Operacionais	34	34	68
Redes de Computadores II	34	34	68
Banco de Dados	17	17	34
Legislação, Ética e Sociedade	34	--	34
Administração de Serviços Linux e Windows	17	51	68

TOTAL	170	170	340
MÓDULO III: SOLUÇÕES E PROJETOS EM TI			
ÁREA CURRICULAR	CARGA HORÁRIA (h)		
	TEÓRICA	PRÁTICA	TOTAL
Servidores Computacionais	34	34	68
Tecnologia Web	17	51	68
Programação Aplicada à Automação	17	51	68
Empreendedorismo em TI	34	--	34
Segurança da Informação	17	17	34
Metodologia Científica Aplicada	34	--	34
Redes Sem Fio	17	17	34
Prática Profissional Orientada	--	80	80
TOTAL	170	250	420
CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO	527h	573h	1.100h

O profissional egresso do Curso Técnico em Manutenção e Suporte em Informática deve dispor de uma sólida formação conceitual aliada a uma capacidade de aplicação de conhecimentos técnico-científicos em sua área de atuação de forma a agregar valor econômico à organização e valor social ao indivíduo.

Técnico Em Telecomunicações

O técnico em telecomunicações, por se tratar de um profissional que instala, opera e mantém elementos de geração, transmissão e distribuição de informações tão importantes em diversos setores da economia, tem amplo espaço no mercado de trabalho.

a) Objetivos Gerais: O Curso Técnico em Telecomunicações tem como objetivo oferecer aos alunos egressos do ensino médio, e aos trabalhadores em geral, a possibilidade de acesso à Educação Profissional como forma de capacitação para o trabalho e emprego. Visa ainda colaborar com o

desenvolvimento econômico sustentável de Assis Chateaubriand e cidades vizinhas.

b) Objetivos Específicos: Formar profissionais capacitados para:

- Aplicar os princípios básicos que norteiam as telecomunicações, articulando esses conhecimentos com as normas técnicas afins, segurança do trabalho, saúde e meio ambiente;
- Elaborar projetos de instalações de acordo com os limites permitidos para o profissional de nível técnico;
- Planejar, executar e gerenciar a manutenção de instalações e equipamentos de telecomunicações;
- Preparar o profissional para atuar no processo de produção de sistemas de telefonia, redes de telecomunicações, sistemas de transmissão e comunicação de dados.

Organização curricular

A organização curricular do curso técnico em telecomunicações está amparada nas determinações legais presentes nas diretrizes curriculares nacionais para a educação profissional de nível técnico, nos referenciais curriculares nacionais da educação profissional e no decreto 5.154/2004. E está estruturada em regime seriado semestral com uma matriz curricular definida por disciplinas, dividida em quatro períodos letivos noturnos, acrescida de duas práticas profissionais de oitenta horas, respectivamente no terceiro e quarto módulos. A carga horária total do curso é de 1.520 horas.

A organização do curso técnico de nível médio subsequente em telecomunicações tem como princípio fundamental a relação teoria-prática, que resultam num processo pedagógico centrado em seminários, visitas técnicas, pesquisas, práticas laboratoriais, estudos de caso e desenvolvimento de projetos, entre outros.

O primeiro módulo do curso compreende disciplinas de formação geral voltadas para uma compreensão crítica do mundo do trabalho que subsidiam uma formação técnica/cidadã do aluno. Os três módulos seguintes se constituem de disciplinas de formação técnica, específicas da área de informação e comunicação.

A contextualização é prática comum entre as unidades curriculares dos

módulos, pois há conexão permanente entre todas as disciplinas.

O primeiro módulo – fundamentação em telecomunicações – tem como principal foco a imersão do aluno no ambiente científico tecnológico, desenvolvendo conhecimentos nas ciências básicas, como ferramentas de apoio à descoberta, à inovação, à sistematização e à generalização do saber. As unidades curriculares de eletricidade básica, desenho técnico, informática instrumental e transmissão de ondas eletromagnéticas são desenvolvidas como motivação para a inserção no mundo tecnológico, suas atividades deverão apontar para conceitos, ferramentas e produtos necessários à integralização das competências propostas nos demais módulos, conectando o aluno aos desafios de sua profissão.

Inócuas se tornariam a motivação e a contextualização, caso seus resultados não possam ser comunicados apropriadamente, de forma oral, escrita, com padrões cultos da língua portuguesa e critérios técnicos normalizados. As unidades curriculares de fundamentos da matemática, português técnico, gestão e qualidade e inglês instrumental apresentam importante tarefa de desenvolver no aluno as habilidades para recolher dados coerentemente, processar informação organizadamente, desenvolver o conhecimento, confrontando-o com situações condizentes e, sobretudo na sociedade da informação, socializá-lo apropriadamente. As habilidades de comunicação assumem na sociedade contemporânea cada vez mais importância e por isso essas disciplinas merecem especial destaque nesse módulo.

O segundo módulo – princípios das telecomunicações – interrelaciona as unidades curriculares de eletrônica analógica, medidas e testes, análise de circuitos, sistemas de difusão: rádio AM e FM, além de comunicação de dados, em consonância com a disciplina de segurança do trabalho, confere ao aluno a formação necessária para atuar, no mercado de trabalho, como operador em telecomunicações.

No terceiro módulo – sistemas de telecomunicações – as unidades curriculares de sistemas de telefonia, antenas, eletrônica digital, sistemas de televisão, cabeamento estruturado e redes de computadores habilitam o aluno a atuar como assistente técnico em telecomunicações. A integralização do módulo dar-se-á com a realização de oitenta horas (80h) de prática profissional, como forma de propiciar uma convivência mais consistente com a área, relacionando teoria e

prática abordadas nos três primeiros módulos.

No quarto módulo – controle e projetos de telecomunicações – as unidades curriculares de sistemas móveis, infraestrutura de energia, controle de indicadores operacionais, telemática e projetos em telecomunicações, associada com a unidade curricular de ética profissional conferem ao aluno as competências necessárias para atuar como assistente técnico de planejamento e projetos em telecomunicações. Assim como no terceiro módulo, a integralização do módulo concluir-se-á com a realização de oitenta horas (80h) de prática profissional, como forma de propiciar uma convivência mais consistente com a área, relacionando teoria e prática abordadas em todo o curso.

Após a integralização das unidades curriculares que compõem o segundo módulo, é conferido ao aluno a certificação de operador em telecomunicações. Ao término do terceiro módulo é conferida ao aluno a certificação de assistente técnico em telecomunicações e ao término do quarto módulo é conferida ao aluno a certificação de assistente técnico de planejamento e projetos em telecomunicações. Ao término do curso é conferido ao concluinte do curso o diploma de Técnico em Telecomunicações.

Na educação profissional deve se repetir que não há dissociação entre teoria e prática. O ensino deve contextualizar competências, visando significativamente a ação profissional. Daí que a prática se configura não como situações ou momentos distintos do curso, mas como uma metodologia de ensino que contextualiza e põe em ação o aprendizado (Parecer CNE/CEB Nº 16/99).

Nesse sentido, a prática profissional supõe o desenvolvimento, ao longo de todo o curso, de atividades tais como, estudos de caso, conhecimento de mercado e das empresas, pesquisas individuais e em equipe, projetos, estágios e exercício profissional efetivo. A prática profissional poderá ser realizada em empresas ligadas ao setor de telecomunicações, afins e correlatos.

A prática profissional constitui e organiza o currículo, devendo ser a ele incorporada. Assim, as situações ou modalidades e o tempo de prática profissional já estão previstos na organização curricular do plano de curso.

O estágio não obrigatório também previsto neste projeto é aquele desenvolvido como atividade opcional pelo aluno, acrescida à carga horária regular

e obrigatória. (Art. 2º, § 2º da Lei nº 11.788 de 25/09/2008).

A prática profissional poderá ser realizada a partir do terceiro módulo do curso e o estágio não obrigatório poderá ser realizado a partir do primeiro módulo do curso. Ambos deverão proporcionar ao aluno, experiências profissionais correlatas, introduzindo-o em situações de trabalho que lhe assegurem possibilidades de sucesso por ocasião do exercício de sua profissão.

MÓDULO I: FUNDAMENTAÇÃO EM TELECOMUNICAÇÕES

ÁREA CURRICULAR	CARGA HORÁRIA (h)		
	TEÓRICA	PRÁTICA	TOTAL
Eletricidade Básica	34	34	68
Gestão e Qualidade	34	--	34
Informática Instrumental	17	17	34
Desenho Técnico	17	17	34
Inglês Instrumental	34	--	34
Português Técnico	34	--	34
Fundamentos da Matemática	34	--	34
Transmissão de Ondas Eletromagnéticas	51	17	68
TOTAL	255	85	340

MÓDULO II: PRINCÍPIOS DAS TELECOMUNICAÇÕES

ÁREA CURRICULAR	CARGA HORÁRIA (h)		
	TEÓRICA	PRÁTICA	TOTAL
Eletrônica Analógica	34	34	68
Análise de Circuitos	34	34	68
Medidas e Testes	17	17	34
Sistemas de Difusão: Rádio AM e FM	51	17	68
Comunicação de Dados	34	34	68
Segurança do Trabalho	17	17	34
TOTAL	187	153	340

MÓDULO III: SISTEMAS DE TELECOMUNICAÇÕES

ÁREA CURRICULAR	CARGA HORÁRIA (h)		
	TEÓRICA	PRÁTICA	TOTAL
Sistemas de Telefonia	51	17	68

Antenas	17	17	34
Eletrônica Digital	34	34	68
Sistemas de Televisão	51	17	68
Cabeamento Estruturado	17	17	34
Redes de Computadores	34	34	68
Prática Profissional Orientada 1	--	80	80
TOTAL	204	216	420

MÓDULO IV: CONTROLE E PROJETOS DE TELECOMUNICAÇÕES

ÁREA CURRICULAR	CARGA HORÁRIA (h)		
	TEÓRICA	PRÁTICA	TOTAL
Sistemas Móveis	51	17	68
Infraestrutura de Energia	51	17	68
Ética Profissional	34	--	34
Controle de Indicadores Operacionais	34	--	34
Projetos em Telecomunicações	34	34	68
Telemática	51	17	68
Prática Profissional Orientada 2	--	80	80
TOTAL	255	165	420
CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO	901h	619h	1.520h

A organização do curso técnico de nível médio subsequente em telecomunicações tem como princípio fundamental a relação teoria-prática, que resultam num processo pedagógico centrado em seminários, visitas técnicas, pesquisas, práticas laboratoriais, estudos de caso e desenvolvimento de projetos, entre outros.

Técnico Em Eletrotécnica

O técnico em eletrotécnica encontra espaço privilegiado no mercado de trabalho, por se tratar de um profissional que instala, opera e mantém elementos de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, tão importante em diversos setores da economia.

a) Objetivos Gerais: O Curso Técnico em Eletrotécnica tem como objetivo

oferecer aos alunos egressos do ensino médio, e aos trabalhadores em geral, a possibilidade de acesso à Educação Profissional como forma de capacitação para o trabalho e emprego. Visa ainda colaborar com o desenvolvimento econômico sustentável de Assis Chateaubriand e cidades vizinhas.

b) Objetivos Específicos: Formar profissionais capacitados para:

- Aplicar os princípios básicos que norteiam a eletroeletrônica, articulando esses conhecimentos com as normas técnicas afins, segurança do trabalho, saúde e meio ambiente;
- Realizar medições eletroeletrônicas em instalações elétricas, utilizando corretamente os equipamentos de medições;
- Utilizar equipamentos e materiais eletroeletrônicos na execução e manutenção de instalações e equipamentos, aplicando corretamente manuais e catálogos;
- Elaborar projetos de instalações de acordo com os limites permitidos para o profissional técnico;
- Planejar, executar e gerenciar a manutenção de instalações e equipamentos eletroeletrônicos;
- Executar a instalação e manutenção de iluminação de segurança residencial e industrial.

Organização Curricular

A organização curricular do Curso Técnico em Eletrotécnica está amparada nas determinações legais presentes nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico, nos Referenciais Curriculares Nacionais da Educação Profissional e no Decreto 5.154/2004.

Este curso técnico incorpora o novo paradigma educacional: a construção de competências técnico científicas e operacionais, reunidas em módulos, cuja característica básica é a sintonia de todas as unidades curriculares para a construção do conhecimento pelos educandos.

A organização do curso está estruturada em regime seriado semestral com uma matriz curricular definida por unidades curriculares (disciplinas), dividida em

quatro períodos letivos noturnos, acrescida de duas práticas profissionais de oitenta horas, respectivamente no terceiro e quarto módulos. A carga horária total do curso é de 1.520 horas.

A organização do Curso Técnico em Eletrotécnica tem como princípio fundamental a relação teoria-prática, que resultam num processo pedagógico centrado em seminários, visitas técnicas, pesquisas, práticas laboratoriais, estudos de caso e desenvolvimento de projetos, entre outros.

O primeiro módulo – fundamentação em eletrotécnica – tem como principal foco a imersão do aluno no ambiente científico tecnológico, desenvolvendo conhecimentos nas ciências básicas, como ferramentas de apoio à descoberta, à invenção, à sistematização e à generalização do saber, como ocorrem com as unidades curriculares de fundamentos da matemática, português técnico e gestão de produção. As demais unidades curriculares de eletricidade básica, desenho técnico, informática instrumental e mecânica técnica oportunizam a integralização das competências propostas nos demais módulos e servem como elemento motivador para a inserção no mundo tecnológico.

Os três períodos seguintes se constituem de disciplinas de formação técnica, específicas da área industrial.

O segundo módulo – princípios da eletrotécnica – interrelaciona as unidades curriculares de instalações elétricas, eletrônica básica, medidas elétricas e circuitos de corrente alternada e permite ao aluno atuar na área de eletricidade. Em consonância com as unidades curriculares de segurança do trabalho e ética profissional, confere ao aluno a formação humanística necessária para atuar, no mercado de trabalho, como auxiliar de eletricista.

No terceiro módulo – sistemas elétricos – as unidades curriculares de equipamentos elétricos e projetos elétricos residenciais habilitam o aluno a atuar como eletricista residencial. Somadas a essas, as unidades curriculares de motores elétricos, sistemas digitais e eletrônica de potência, habilitam o aluno a atuar como eletricista predial. A integralização do módulo dar-se-á com a realização de oitenta horas (80h) de prática profissional, como forma de propiciar uma convivência mais consistente com a área, relacionando teoria e prática abordadas nos três primeiros módulos.

No quarto módulo – controle de processos eletrotécnicos e automação – as unidades curriculares de sistemas elétricos de potência; geração, transmissão e distribuição de energia; projetos elétricos industriais e elementos de automação, associada com a unidade curricular de manutenção elétrica industrial, conferem ao aluno as competências necessárias para atuar como eletricitista industrial, com visão da gestão da manutenção industrial. Assim como no terceiro módulo, a integralização do módulo concluir-se-á com a realização de oitenta horas (80h) de prática profissional, como forma de propiciar uma convivência mais consistente com a área, relacionando teoria e prática abordadas em todo o curso.

Após a integralização de todos os módulos do curso é conferido ao concluinte o Diploma de Técnico em Eletrotécnica.

Na educação profissional deve se repetir que não há dissociação entre teoria e prática. O ensino deve contextualizar competências, visando significativamente a ação profissional. Daí que a prática se configura não como situações ou momentos distintos do curso, mas como uma metodologia de ensino que contextualiza e põe em ação o aprendizado (Parecer CNE/CEB Nº 16/99).

Nesse sentido, a prática profissional supõe o desenvolvimento, ao longo de todo o curso, de atividades tais como, estudos de caso, conhecimento de mercado e das empresas, pesquisas individuais e em equipe, projetos, estágios e exercício profissional efetivo. A prática profissional poderá ser realizada em empresas ligadas ao setor eletrotécnico, afins e correlatos.

A prática profissional constitui e organiza o currículo, devendo ser a ele incorporada. Assim, as situações ou modalidades e o tempo de prática profissional já estão previstos na organização curricular do plano de curso.

O estágio não obrigatório também previsto neste projeto é aquele desenvolvido como atividade opcional pelo aluno, acrescida à carga horária regular e obrigatória. (Art. 2º, § 2º da Lei nº 11.788 de 25/09/2008).

A prática profissional poderá ser realizada a partir do terceiro módulo do curso e o estágio não obrigatório poderá ser realizado a partir do primeiro módulo do curso, e ambos deverão proporcionar ao aluno experiências profissionais correlatas, introduzindo-o em situações de trabalho que lhe assegurem possibilidades de sucesso por ocasião do exercício de sua profissão.

MÓDULO I: FUNDAMENTAÇÃO EM ELETROTÉCNICA			
ÁREA CURRICULAR	CARGA HORÁRIA (h)		
	TEÓRICA	PRÁTICA	TOTAL
Eletricidade Básica	34	34	68
Desenho Técnico	34	34	68
Informática Instrumental	17	17	34
Mecânica Técnica	68	--	68
Gestão de Produção	34	--	34
Português Técnico	34	--	34
Fundamentos da Matemática	34	--	34
TOTAL	255	85	340
MÓDULO II: PRINCÍPIOS DA ELETROTÉCNICA			
ÁREA CURRICULAR	CARGA HORÁRIA (h)		
	TEÓRICA	PRÁTICA	TOTAL
Medidas Elétricas	34	34	68
Circuitos de Corrente Alternada	34	34	68
Eletrônica Básica	34	34	68
Instalações Elétricas	34	34	68
Ética Profissional	34	--	34
Segurança do Trabalho	17	17	34
TOTAL	187	153	340
MÓDULO III: SISTEMAS ELÉTRICOS			
ÁREA CURRICULAR	CARGA HORÁRIA (h)		
	TEÓRICA	PRÁTICA	TOTAL
Equipamentos Elétricos	34	34	68
Eletrônica de Potência	34	34	68
Projetos Elétricos Residenciais	34	34	68
Motores Elétricos	34	34	68
Sistemas Digitais	34	34	68
Prática Profissional Orientada 1	--	80	80
TOTAL	170	250	420

MÓDULO IV: CONTROLE DE PROCESSOS ELETROTÉCNICOS E AUTOMAÇÃO			
ÁREA CURRICULAR	CARGA HORÁRIA (h)		
	TEÓRICA	PRÁTICA	TOTAL
Sistemas Elétricos de Potência	51	17	68
Geração, Transmissão e Distribuição de Energia	51	17	68
Projetos Elétricos Industriais	34	34	68
Manutenção Elétrica Industrial	51	17	68
Elementos de Automação	34	34	68
Prática Profissional Orientada 2	--	80	80
TOTAL	221	199	420
CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO	833h	687h	1.520h

Técnico Em Orientação Comunitária

A organização do Curso Técnico em Orientação tem como princípio fundamental a relação teoria-prática, que resultam num processo pedagógico centrado em seminários, visitas técnicas, pesquisas, estudos de caso e desenvolvimento de projetos, entre outros.

a) Objetivo Geral: O Curso Técnico em Orientação Comunitária tem como principal objetivo oferecer aos alunos egressos do ensino médio, e aos trabalhadores em geral, a possibilidade de acesso à Educação Profissional como forma de capacitação para o trabalho e emprego. Visa ainda colaborar com o desenvolvimento econômico sustentável de Assis Chateaubriand e cidades vizinhas.

b) Objetivos Específicos:

- Formar Técnico em Orientação Comunitária capaz de organizar grupos de interesse com objetivo de articular e viabilizar ações significativas para o fortalecimento comunitário;
- Contribuir para o resgate da história, do capital social e das identidades locais para o fomento da organização das comunidades no sentido de fortalecer atividades nas áreas da cultura, meio ambiente, turismo,

trabalho e renda, saúde, educação, esporte e lazer;

- Proporcionar uma formação humanística e integral para que além de técnicos, os profissionais sejam cidadãos críticos e reflexivos capazes de compreender e atuar em sua realidade com responsabilidade social.

Organização curricular

A organização curricular do curso técnico em orientação comunitária está amparada nas determinações legais presentes nas diretrizes curriculares nacionais para a educação profissional de nível técnico, nos referenciais curriculares nacionais da educação profissional e no decreto 5.154/2004.

O Curso Técnico em Orientação Comunitária possui uma carga horária total de 1.020 (mil e vinte) horas, estruturado em regime seriado semestral, dividido em 03 (três) períodos semestrais noturnos que abordam conhecimentos próprios do Eixo Tecnológico: Apoio Educacional.

Na organização curricular estão presentes todos os conteúdos pertinentes à formação técnica do educando, buscando o enfoque das necessidades regionais atreladas ao serviço social. Os conteúdos encontram-se divididos em 03 (três) módulos semestrais, descritos como:

- Módulo I: Introdução ao Trabalho em Orientação Comunitária, com 340 horas;
- Módulo II: Formação para Orientação Comunitária, com 340 horas;
- Módulo III: Gestão em Orientação Comunitária, com 340 horas.

O primeiro módulo aborda os fundamentos básicos para introdução à orientação comunitária, com conhecimentos básicos de espanhol, produção e interpretação de texto em Língua Portuguesa, introdução a Filosofia e Sociologia, Economia e Política, Psicologia Social, bem como conhecimentos básicos que abrangem desde a história do Brasil até as políticas públicas sociais atuais.

De posse dos fundamentos básicos obtidos através do Módulo I, o Módulo II consiste em fornecer ao aluno conhecimentos para a formação do orientador comunitário com conceitos relacionados à educação social, cultura e lazer; educação em periferias urbanas e rurais; economia agrária e os recursos naturais. Além dos conceitos de Legislação e Sociedade, abordam também princípios de

Educação e Ética, com conhecimentos de economia doméstica, dos movimentos sociais urbanos e rurais. Nesse módulo, os alunos receberão conhecimentos de medicina preventiva e introdução à informática. Além disso, os alunos terão oficinas de planejamento, execução e avaliação de projetos.

Buscando a preparação do aluno para o mundo do trabalho, o Módulo III consiste em fornecer subsídios práticos para gestão em Orientação Comunitária. Parte do módulo dar-se-á com a realização de Prática Profissional Orientada, como forma de propiciar uma convivência mais consistente com a área, relacionando teoria e prática abordadas pelos professores.

Considerando que o aluno já obteve nos Módulos I e II noções de psicologia social, educação social e medicina preventiva, no Módulo III são fornecidos conhecimentos sobre trabalho social com gênero, família e drogadição. Da mesma forma, com conhecimentos adquiridos sobre cultura e lazer, será abordado turismo regional. E, com conhecimentos adquiridos sobre movimentos sociais urbanos e rurais, será trabalhada a formação de lideranças, abordado turismo regional. Visando a relação dos conceitos de Filosofia e Sociologia e o mundo do trabalho, são fornecidos aparatos para discussão da relação empregador e empregado.

Neste curso, busca-se a formação de um profissional consciente, com capacidade de discernimento para as mais variadas situações que venham ocorrer dentro de uma comunidade, além de formar cidadãos responsáveis e comprometidos com a sociedade.

Ao término dos três módulos será oferecido ao concluinte do curso Técnico em Orientação Comunitária, caso seja de seu interesse, um módulo adicional através da modalidade FIC – Formação Inicial e Continuada – para que este possa aprimorar e aprofundar seus conhecimentos adquiridos ao longo do curso técnico, sendo garantida sua vaga, caso haja demanda para a formação do referido curso FIC.

Ao término do segundo módulo, a coordenação do curso Técnico em Orientação Comunitária divulgará a proposta do módulo adicional, na modalidade FIC, contendo: denominação, número mínimo e máximo de participantes, componentes/áreas curriculares, data de início das atividades, carga horária, critérios de seleção dos participantes, público alvo, entre outras informações. Com a divulgação da proposta caberá ao aluno que tiver concluído os dois primeiros

módulos da matriz curricular do curso Técnico em Orientação Comunitária comunicar o seu interesse em realizar o módulo adicional na modalidade FIC, até a data limite a ser divulgada junto com a divulgação da proposta.

Essa manifestação de interesse tem a finalidade de se realizar um levantamento da demanda para criação do módulo adicional, além de garantir a vaga deste aluno no referido módulo. Definidos os alunos que manifestaram interesse em participar do módulo adicional e os conhecimentos que desejam se especializar, será elaborado o módulo adicional na modalidade FIC.

As vagas remanescentes do módulo adicional - modalidade FIC (total de vagas do módulo adicional menos o total de alunos interessados do curso Técnico em Orientação Comunitária - turma corrente) serão oferecidas à comunidade externa para aqueles que comprovarem através de diplomas ou certificados de conclusão de curso Técnico em Orientação Comunitária, expedidos por instituições de ensino reconhecidas pelo Ministério de Educação – MEC, para que também possam aprofundar seus conhecimentos na área de tecnologia de informação.

Para a conclusão do Curso Técnico em Orientação Comunitária, o aluno deverá realizar a prática profissional orientada que é parte integrante do currículo mínimo do curso, com carga horária de 60 horas. Na educação profissional deve se repetir que não há dissociação entre teoria e prática. O ensino deve contextualizar competências, visando significativamente a ação profissional. Daí que a prática se configura não como situações ou momentos distintos do curso, mas como uma metodologia de ensino que contextualiza e põe em ação o aprendizado (Parecer CNE/CEB Nº 16/99).

Nesse sentido, a prática profissional supõe o desenvolvimento, ao longo de todo o curso, de atividades tais como, estudos de caso, conhecimento de mercado e das associações, empresas, entidades, pesquisas individuais e em equipe, projetos, estágios e exercício profissional efetivo. A prática profissional poderá ser realizada em entidades ligadas ao setor de Orientação Comunitária, afins e correlatos.

A prática profissional constitui e organiza o currículo, devendo ser a ele incorporada. Assim as situações ou modalidades e o tempo de prática profissional já estão previstos na organização curricular do plano de curso.

O estágio não obrigatório também previsto neste projeto é aquele

desenvolvido como atividade opcional pelo aluno, acrescida à carga horária regular e obrigatória. (Art. 2º, § 2º da Lei nº 11.788 de 25/09/2008).

A prática profissional poderá ser realizada a partir do segundo módulo do curso e o estágio não obrigatório poderá ser realizado a partir do primeiro módulo do curso e ambos deverão proporcionar ao aluno experiências profissionais correlatas, introduzindo-o em situações de trabalho que lhe assegurem possibilidades de sucesso por ocasião do exercício de sua profissão.

MÓDULO I: INTRODUÇÃO AO TRABALHO EM ORIENTAÇÃO COMUNITÁRIA			
ÁREA CURRICULAR	CARGA HORÁRIA (h)		
	TEÓRICA	PRÁTICA	TOTAL
Introdução à Filosofia e Sociologia	34	--	34
Psicologia Social	68	--	68
Produção e Interpretação de Texto	34	--	34
Inglês Instrumental	34	--	34
Políticas Públicas Sociais	34	--	34
História do Brasil	34	--	34
Introdução à Economia e Política	34	--	34
Orientação para a Saúde e Medicina Preventiva	34	--	34
Introdução à Informática	34	--	34
TOTAL	340		340
MÓDULO II: FORMAÇÃO PARA ORIENTAÇÃO COMUNITÁRIA			
ÁREA CURRICULAR	CARGA HORÁRIA (h)		
	TEÓRICA	PRÁTICA	TOTAL
Língua Espanhola	68	--	68
Educação Social	34	--	34
Educação e Cidadania em Periferias Urbanas e Rurais	34	--	34
Tópicos Especiais em Economia	34	--	34
Movimentos Sociais Urbanos e Rurais	34	--	34
Oficinas de Planejamento, Execução e Avaliação de Projeto	68	--	68
Economia Doméstica	68	--	68
TOTAL	340		340

MÓDULO III: GESTÃO EM ORIENTAÇÃO COMUNITÁRIA			
ÁREA CURRICULAR	CARGA HORÁRIA (h)		
	TEÓRICA	PRÁTICA	TOTAL
Campo de Atuação Profissional e Empreendedorismo	68	--	68
Trabalho Social com Gênero, Família e Drogadição	68	--	68
Formação de Lideranças	34	--	34
Desenvolvimento Local e Regional	34	--	34
Relações de Trabalho e Direitos Sociais	68	--	68
Prática Profissional Orientada	68	--	68
TOTAL	340		340
CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO	1.020h		1.020h

O profissional egresso do Curso Técnico em Orientação Comunitária deve dispor de uma sólida formação conceitual aliada a uma capacidade de aplicação de conhecimentos técnico-científicos em sua área de atuação de forma a agregar valor econômico à comunidade e valor social ao indivíduo.

Técnico Em Eletromecânica

Com foco nas necessidades da região da cidade Assis Chateaubriand o Curso Técnico em Eletromecânica, tem por objetivo:

- Desenvolver a capacitação de profissionais com habilidades e competências para atuar na subárea da eletromecânica, utilizando conhecimentos, métodos e técnicas de gestão e planejamento, propondo e incorporando novas tecnologias, focadas na educação continuada.
- Realizar o atendimento das demandas industriais sinalizadas pelas empresas, através da oferta de profissionais de nível técnico eficazes e eficientes.

O Técnico em Eletromecânica na área de Indústria atua no projeto e execução de instalações elétricas e mecânicas de equipamentos industriais conforme especificações técnicas, normas de segurança e com responsabilidade ambiental. Exerce atividades de planejamento e execução da manutenção elétrica e mecânica de equipamentos industriais, além de projeto, instalação e manutenção de sistemas de acionamento elétrico e mecânico.

A organização do curso está estruturada em regime seriado semestral com uma matriz curricular definida por unidades curriculares (disciplinas), dividida em quatro períodos letivos noturnos, acrescida de uma prática profissional de oitenta horas, respectivamente no terceiro e quarto módulos. A carga horária total do curso é de 1.440 horas.

Técnico Concomitante

Esta modalidade é oferecida a quem esteja cursando Ensino Médio (antigo 2º Grau), a partir do 2º ano/série, em outra Instituição de Ensino. Assim, poderá cursar paralelamente o Curso Técnico de Nível Médio no IFPR, desde que haja compatibilidade de horário. Cursos na modalidade concomitante no Câmpus Assis Chateaubriand:

- Informática
- Agroecologia

Técnico Em Informática

O profissional egresso do Curso Técnico em Informática deve dispor de uma sólida formação conceitual aliada a uma capacidade de aplicação de conhecimentos técnico-científicos em sua área de atuação de forma a agregar valor econômico à organização e valor social ao indivíduo.

a) Objetivos Gerais: O Curso Técnico em Informática tem como principal objetivo oferecer aos alunos concomitantemente ou subsequente ao ensino médio, a possibilidade de acesso à Educação Profissional como forma de capacitação para o primeiro emprego e o mundo do trabalho. Visa ainda colaborar com o desenvolvimento econômico sustentável de Assis Chateaubriand e cidades vizinhas.

b) Objetivos Específicos: Formar o Técnico em Informática capaz de atuar com especificidade de programação de computadores.

Organização curricular

A organização curricular do curso técnico em informática está amparada nas determinações legais presentes nas diretrizes curriculares nacionais para a educação profissional de nível técnico, nos referenciais curriculares nacionais da educação profissional e no decreto 5.154/2004.

O Curso Técnico em Informática possui uma carga horária total de 1.020 (mil e vinte) horas, estruturado em regime seriado semestral, dividido em 03 (três) períodos semestrais vespertinos que abordam conhecimentos próprios do Eixo Tecnológico Informação e Comunicação.

A organização do Curso Técnico em Informática tem como princípio fundamental a relação teoria-prática, que resultam em um processo pedagógico centrado em seminários, visitas técnicas, pesquisas, práticas laboratoriais, estudos de caso e desenvolvimento de projetos, entre outros.

Na organização curricular estão presentes todos os conteúdos pertinentes à formação técnica do educando, buscando o enfoque das necessidades regionais atreladas à informática. Os conteúdos encontram-se divididos em 03 (três) módulos semestrais, descritos como:

- Módulo I: Embasamento em Programação, com 340 horas;
- Módulo II: Programação Básica, com 340 horas;
- Módulo III: Programação Avançada, com 340 horas.

O primeiro módulo aborda os fundamentos básicos de computadores através da arquitetura de computadores, teoria da computação e sistemas operacionais, com conhecimentos básicos de inglês e matemática para computação, bem como conhecimentos técnicos que abrangem desde a lógica de programação e linguagens de programação.

De posse dos conhecimentos obtidos através Módulo I, o Módulo II consiste em fornecer ao aluno o aprendizado sobre conceitos relacionados à Linguagem de Programação Visual, Banco de Dados, Análise de Sistemas e Programação Orientada a Objetos. Bem como conhecimentos técnicos de Redes de

Computadores. Além de Empreendedorismo que visa fornecer subsídios para o estudante que tenha perfil empreendedor poder colocar em prática suas aptidões.

No Módulo III, serão aprofundados os conhecimentos adquiridos anteriormente através das disciplinas Tecnologia de Desenvolvimento Web, Sistemas Embarcados, Programação Orientada a Objetos e Banco de Dados. Além de conhecer o que é necessário para gerar Segurança às informações. Visando a interação com o ser humano, nesse módulo serão abordados conceitos de Legislação, Ética e Sociedade.

Durante o curso, o aluno é permanentemente instigado a resolver problemas que simulem situações cotidianas em que são necessárias soluções computacionais eficientes e eficazes que facilitem e agilizem a realização de tarefas nos mais diversos setores das organizações.

Em outras palavras, busca-se a formação de um profissional consciente, com capacidade de discernimento para as mais variadas situações que venham ocorrer dentro de uma área que passa por constantes mudanças, além de formar cidadãos responsáveis e comprometidos com a sociedade.

Na educação profissional deve se repetir que não há dissociação entre teoria e prática. O ensino deve contextualizar competências, visando significativamente à ação profissional.

O estágio não obrigatório também previsto neste projeto é aquele desenvolvido como atividade opcional pelo aluno, acrescida à carga horária regular e obrigatória. (Art. 2º, § 2º da Lei nº 11.788 de 25/09/2008).

O estágio não obrigatório poderá ser realizado a partir do primeiro módulo do curso, e deverá proporcionar ao aluno experiências profissionais correlatas, introduzindo-o em situações de trabalho que lhe assegurem possibilidades de sucesso por ocasião do exercício de sua profissão.

MÓDULO I: Embasamento em Programação		
ÁREA CURRICULAR	CARGA HORÁRIA (h/r)	CARGA HORÁRIA (h/a)
Algoritmos	68	80
Arquitetura de Computadores	34	40

Teoria da Computação	34	40
Inglês Instrumental	34	40
Sistemas Operacionais	68	80
Matemática para Computação	34	40
Linguagens de Programação	68	80
TOTAL	340	400
MÓDULO II: Programação Básica		
ÁREA CURRICULAR	CARGA HORÁRIA (h/r)	CARGA HORÁRIA (h/a)
Programação Visual	68	80
Banco de Dados I	34	40
Análise de Sistemas	68	80
Redes de Computadores	68	80
Programação Orientada a Objetos I	68	80
Empreendedorismo	34	40
TOTAL	340	400
MÓDULO III: Programação Avançada		
ÁREA CURRICULAR	CARGA HORÁRIA (h/r)	CARGA HORÁRIA (h/a)
Tecnologia de Desenvolvimento Web	68	80
Banco de Dados II	68	80
Segurança da Informação	34	40
Sistemas Embarcados	68	80
Legislação, Ética e Sociedade	34	40
Programação Orientada a Objetos II	68	80
TOTAL	340	400
CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO	1020	1200

Curso Técnico Em Agroecologia

Conforme a proposta educacional da instituição objetiva-se, também, uma formação humanística e integral para que, além de técnicos, os profissionais sejam cidadãos críticos e reflexivos capazes de compreender e atuar em sua realidade com responsabilidade social.

a) Objetivos Gerais: Oferecer qualificação profissional técnica em Agroecologia fundamentada nas multidimensões da sustentabilidade - econômica, social, ambiental, cultural, política e ética – capaz de planejar, elaborar, executar, comunicar e avaliar práticas agrícolas adequadas às necessidades socioambientais contemporâneas.

b) Objetivos Específicos: Formar profissionais capacitados para:

- Atuar em processos de desenvolvimento local, como técnicos, que consigam dinamizar as unidades de produção;
- Proporcionar acesso aos conhecimentos científicos e tecnológicos da sociedade e valorização dos conhecimentos tácitos historicamente construídos, atendendo à demanda por profissionais qualificados na área da Agroecologia;
- Desenvolver o senso crítico em relação aos diferentes modelos de agricultura proporcionando aos discentes novas referências de formação e de projetos para o campo;
- Propor formas de produção e organização baseadas na solidariedade, na ética, na cultura, no respeito ao ser humano e ao meio ambiente, fortalecendo o espírito cooperativo e associativo;
- Desenvolver ações voltadas à produção de alimentos saudáveis e de elevado valor biológico, isentos de resíduos de agrotóxicos e outros contaminantes intencionais;
 - Formar profissionais conscientes da importância do uso sustentável dos recursos naturais, por meio da preservação ambiental, da economia solidária e da valorização cultural, também na perspectiva das políticas públicas para ações iniciadas e sustentadas pelas entidades e movimentos sociais do campo;
 - Discutir os fundamentos da produção ecológica tais como manejo da biodiversidade, visão sistêmica da unidade produtiva, conversão, fertilidade, trofobiose, diversificação, manejo ecológico do solo, de culturas e animais;

- Educar com base nas dimensões do Trabalho, Ciência, Cultura e Tecnologia, visando à formação integral do técnico em Agroecologia;

Período Letivo	1º Semestre	
Componentes Curriculares	Carga Horária (horas-aulas)	Carga Horária (horas-relógio)
Desenvolvimento Sustentável e Agroecologia	40	33
Fisiologia Vegetal	30	25
Meteorologia e Climatologia Agrícola	40	33
Ecologia e Processos Naturais	60	50
Botânica	40	33
Introdução ao Pensamento Social	40	33
Informática Instrumental	40	33
Anatomia e Fisiologia Animal	40	33
Comunicação e Expressão em Língua Portuguesa	30	25
Desenho Técnico e Topografia	40	33
Total	400	331

Período Letivo	2º Semestre	
Componentes Curriculares	Carga Horária (horas-aulas)	Carga Horária (horas-relógio)
Nutrição Vegetal	60	50
Manejo Sustentável dos Solos	80	67
Sistemas Agroflorestais	40	33
Etologia	30	25
Pastoreio Racional Voisin	30	25
Cultura e Sociedade	40	33
Cooperação e Cooperativismo	40	33
Manejo Sustentável da Água	40	33
Metodologia do Trabalho Científico	40	33
Total	400	332

Período Letivo	3º Semestre	
Componentes Curriculares	Carga Horária (horas-aulas)	Carga Horária (horas-relógio)
Cultivos de base ecológica I	80	67
Plantas Forrageiras	30	25
Sanidade animal na agroecologia	30	25
Genética e manejo da agrobiodiversidade	60	50
Produção de Leite à Base de Pasto	30	25
Bioconstruções rurais	40	33
Motores, máquinas e implementos agrícolas	30	25
Política e Sociedade	40	33
Prática Profissional	60	50
Total	400	333

Período Letivo	4º Semestre	
Componentes Curriculares	Carga Horária (horas-aulas)	Carga Horária (horas-relógio)
Tecnologia dos Alimentos	40	33
Cultivos de base ecológica II	80	67
Proteção de plantas	60	50
Economia e Administração da produção	60	50
Criação de Animais a Campo	60	50
Sociologia Rural	40	33
Relatório Técnico Profissional	60	50
Total	400	333

Uma hora-aula corresponde a 50 minutos.

Técnico Integrado

São cursos voltados aos estudantes que já concluíram o Ensino Fundamental (8ª série). O termo integrado significa que o estudante vai cursar as disciplinas do Ensino Médio e da formação técnica profissional na mesma instituição. Ao término

do curso – que dura quatro anos – o formado terá diploma de Técnico de Nível Médio podendo exercer atividade profissional técnica. Além disso, se desejar, o técnico poderá dar continuidade aos estudos ingressando em cursos de nível superior. Curso nesta modalidade oferecido no Câmpus Assis Chateaubriand:

➤ Informática

Técnico Em Informática Integrado Ao Ensino Médio

O Técnico de nível médio na área de Informática é o profissional que tem por característica a capacidade do trabalho em conjunto, conhecimento técnico, formação tecnológica e capacidade de mobilização destes conhecimentos, para atuar no mercado de trabalho de forma criativa, ética, empreendedora e consciente dos impactos socioculturais.

a) Objetivo Geral: Implantar e executar o Curso de Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrado em Informática, disponibilizando ao mercado de trabalho um profissional técnico adequado à realidade do desenvolvimento tecnológico, e inserido no contexto social e humano.

b) Objetivos Específicos: Formar profissional para atuar no mercado de trabalho globalizado, que seja possuidor de um pensamento sistêmico, mas, aberto, criativo, e intuitivo, capaz de adaptar-se às rápidas mudanças sociais e tecnológicas.

1º Ano			
UNIDADES DIDÁTICAS	CARGA HORÁRIA		
	TEÓRICA	PRÁTICA	TOTAL
Língua Portuguesa I	70	30	100
Artes I	47	20	67
História I	67		67
Geografia I	67		67
Matemática I	100		100
Física I	47	20	67
Química I	47	20	67
Filosofia I	33		33

Sociologia I	33		33
Lógica e Linguagem de Programação	30	70	100
Introdução a Informática		67	67
Arquitetura e Manutenção de Computadores	47	20	67
TOTAL	588	247	835
2º Ano			
UNIDADES DIDÁTICAS	CARGA HORÁRIA		
	TEÓRICA	PRÁTICA	TOTAL
Língua Portuguesa e Literatura Brasileira I	47	20	67
Língua Estrangeira Moderna I	40	27	67
História II	67		67
Geografia II	67		67
Matemática II	67		67
Física II	47	20	67
Química II	47	20	67
Biologia I	47	20	67
Artes II	23	10	33
Sociologia II	33		33
Sistemas Operacionais	20	47	67
Banco de Dados	20	47	67
Linguagem de Programação	20	80	100
TOTAL	545	291	836
3º Ano			
UNIDADES DIDÁTICAS	CARGA HORÁRIA		
	TEÓRICA	PRÁTICA	TOTAL
Língua Portuguesa e Literatura Brasileira II	70	30	100
Língua Estrangeira Moderna II	40	27	67
Educação Física I	20	47	67
História III	67		67
Geografia III	67		67
Matemática III	100		100
Física III	47	20	67

Filosofia II	33		33
Biologia II	20	13	33
Programação O.O.	20	80	100
Análise e Projeto de Sistemas	20	47	67
Redes de Computadores	20	47	67
TOTAL	524	311	835
4º Ano			
UNIDADES DIDÁTICAS	CARGA HORÁRIA		
	TEÓRICA	PRÁTICA	TOTAL
Língua Portuguesa II	70	30	100
Matemática IV	100		100
Filosofia III	33		33
Sociologia III	67		67
Educação Física II	20	47	67
Língua Estrangeira Moderna III	40	27	67
Empreendedorismo	33		33
Tópicos Especiais em Tecnologia	20	47	67
Tópicos Especiais em Programação	20	70	100
Projeto Final de Curso	20	47	67
Tópicos Especiais em Sistemas de Informação	20	47	67
Engenharia de Software	40	37	67
TOTAL	483	352	835
TOTAL GERAL	2140	1201	3341

O profissional formado no curso Técnico em Informática será capaz de desenvolver programas de computador, seguindo as especificações e paradigmas da lógica de programação e das linguagens de programação. Utilizar ambientes de desenvolvimento de sistemas, sistemas operacionais e banco de dados. Realizar testes de programas de computador, manter registros que possibilitem análises e refinamento dos resultados e executar manutenção de programas implantados.

7. AVALIAÇÃO

A LDB, em seu artigo 24, inciso V, afirma que a avaliação do trabalho escolar deverá ser contínua e cumulativa, com predominância dos aspectos qualitativos e, ainda, prevalecendo o desempenho do aluno ao longo do ano sobre uma eventual prova final.

A aprovação do aluno em cada componente curricular está vinculada à assiduidade e à avaliação do rendimento. A assiduidade será registrada diariamente pelo professor, no Diário de Classe, por meio de chamada ou lista de presença.

Para efeito de acompanhamento do rendimento dos alunos, serão aplicados, durante o período letivo e com periodicidade bimestral, variados instrumentos de avaliação, com o caráter de Avaliações Parciais (AP). As avaliações deverão ser realizadas com a utilização de diversos instrumentos, tais como: exercícios, arguições, provas, trabalhos, fichas de observações, relatórios, seminários, auto avaliação, entre outros, os quais, ao final do bimestre, comporão o Conceito Parcial (CP). Os aspectos qualitativos deverão prevalecer sobre os quantitativos.

Além dos critérios descritos anteriormente, também poderá fazer parte da avaliação a participação ativa do aluno nas atividades propostas pelos professores e nos estudos de recuperação, quando esses se fizerem necessários, desde que haja êxito ao final desse processo, e a frequência de no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) do total da carga horária da unidade/área curricular, para os cursos até 2011. A partir de 2012 considera-se 75% do total do período letivo.

Os critérios **segundo os quais os critérios** de avaliação serão avaliados pelo professor, adotados em concordância com a Organização Didática em vigor na Instituição, deverão ser explicitados aos alunos antes de utilização, e o professor deverá apresentar e discutir os resultados com os alunos.

Após a conclusão de cada Avaliação Parcial (AP), o aluno fará jus à recuperação de conteúdo, se necessário, denominada Recuperação Paralela. Os resultados obtidos no processo de avaliação, de acordo com a Portaria Nº 120, de 06 de agosto de 2009, do IFPR, serão expressos por conceitos, sendo:

Conceito A – quando a aprendizagem do aluno foi PLENA e atingiu os objetivos propostos no processo ensino aprendizagem;

[17] Comentário: Assim como orientamos com relação ao currículo, para a discussão a respeito da avaliação é necessário, no marco situacional apontar a situação (presente), explicitando como se organiza, elementos da prática, legislação (LDB e também Portaria nº 120/2009, Resolução CONSUP/IFPR nº 54/11), como se dá o processo avaliativo no âmbito da organização do trabalho pedagógico. No marco conceitual apresentar a concepção de avaliação, fundamentos teóricos. E no marco operacional, ao apontar as linhas de ação, indicar aquelas em que a avaliação apresenta demandas, definindo as ações necessárias, etc.

[18] Comentário: Acrescentar: Lei 9.394/96, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

[19] Comentário: O inciso V estabelece que a verificação do rendimento escolar observará os seguintes critérios: a) avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais;

Conceito B – quando a aprendizagem do aluno foi PARCIALMENTE PLENA e atingiu níveis desejáveis aos objetivos propostos no processo ensino aprendizagem;

Conceito C - quando a aprendizagem do aluno foi SUFICIENTE e atingiu níveis aceitáveis aos objetivos propostos, sem comprometimento à continuidade no processo ensino aprendizagem;

Conceito D – quando a aprendizagem do aluno foi INSUFICIENTE e não atingiu os objetivos propostos, comprometendo e/ou inviabilizando o desenvolvimento do processo ensino aprendizagem.

A condição para aprovação se configura da seguinte forma: será considerado APROVADO o aluno que obtiver o conceito igual ou superior a C e frequência igual ou superior a 75% ao final do período letivo. Já a condição para reprovação: será considerado REPROVADO o aluno que não atingir o conceito igual ou superior a C e/ou frequência igual ou superior a 75% na unidade/área curricular, ao final do período letivo, e ficará em dependência nessa unidade/área, podendo avançar para o semestre ou série seguinte, respeitadas as condições para a Progressão Parcial. Terá direito à progressão parcial o aluno que estiver com, no máximo, três (03) reprovações pendentes em componentes curriculares distintos. Caso o aluno tenha quatro (04) reprovações pendentes em componentes curriculares distintos, deverá matricular-se somente nesses componentes. [Aproveitamento de Estudos Anteriores](#)

[20] Comentário: Suprimir

No que se refere ao aproveitamento de estudos anteriores, compreende-se a possibilidade de aproveitamento de disciplinas cursadas em outro curso de educação profissional técnica de nível médio, nos últimos 5 (cinco) anos. O pedido de aproveitamento de estudos deverá ser avaliado por Comissão de Análise composta de professores da área de conhecimento, seguindo os critérios: correspondência, entre as ementas, os programas e a carga horária cursados na outra instituição e as do curso do IFPR. A carga horária cursada não deverá ser inferior a 75% daquela indicada na disciplina do curso do IFPR.

[21] Comentário: Esses aspectos estão normatizados pela Res. 54/11

Além, da correspondência entre as disciplinas o processo de aproveitamento de estudos poderá envolver avaliação teórico e/ou prática acerca do conhecimento a ser aproveitado.

De acordo com a LDB 9394/96 e a [Resolução CNE/CEB No 04/99](#), o conhecimento adquirido na educação profissional e tecnológica, inclusive no

[22] Comentário: Essa resolução foi revogada pela Resolução CNE/CEB nº 06/12

trabalho, poderá ser objeto de avaliação, reconhecimento e certificação para prosseguimento ou conclusão de estudos. Entende-se por certificação de conhecimentos anteriores a dispensa de frequência em Componente Curricular do curso do IFPR em que o estudante comprove excepcional domínio de conhecimento através da aprovação em avaliação realizada sob a responsabilidade de Comissão composta por professores da área de conhecimento correspondente.

Os alunos serão avaliados por docentes do mesmo eixo tecnológico do curso, mediante: entrevista; análise do histórico escolar; currículo e avaliação teórica e/ou prática sob a supervisão de docentes do eixo tecnológico.

8. EQUIPE PEDAGÓGICA

O Câmpus Assis Chateaubriand possui quatro órgãos colegiados.

- Colegiado Informação e Comunicação. Que abrange os cursos de Telecomunicações, Manutenção e Suporte em Informática, Informática e Ensino Médio Integrado em Informática.
- Colegiado Recursos Naturais. Referente as questões do curso de Agroecologia.
- Colegiado Controle e Processos Industriais. Cursos de Eletrotécnica e Eletromecânica.
- Colegiado Apoio Educacional. Curso de Orientação Comunitária.

[23] Comentário: É importante apresentar um texto que contextualize esse subitem, apontando como se constitui a equipe pedagógica, como esses órgãos colegiados se caracterizam enquanto equipe pedagógica, como atuam, etc.

7. ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

A necessidade de atuar no ensino, na pesquisa e extensão compreendendo as especificidades destas dimensões e as inter-relações que caracterizam sua

[24] Comentário: Ressaltamos, conforme já orientado, a importância de que cada elemento (item) seja apresentado no PPP no modo como está sendo desenvolvido no câmpus (situação – marco situacional) mas também enquanto concepção, fundamentos (marco conceitual). Dessa forma, no marco conceitual é necessário apresentar as formulações e ideias, com suas referências, indicando os fundamentos e a concepção.

indissociabilidade, está entre as diretrizes que orientam a construção dos projetos pedagógicos dos institutos federais.

Além das atividades de ensino tradicionalmente praticadas pelas instituições, a pesquisa e a extensão servem para produzir conhecimentos que auxiliam o desenvolvimento social. O conhecimento científico produzido pela pesquisa traz desenvolvimento e tecnologia, além de formar sujeitos capazes de assumir uma postura crítica e autônoma diante dos percalços da formação pessoal e profissional. A extensão por sua vez se configura como uma forma de diálogo permanente com a sociedade.

Apoiada nesses preceitos que o IFPR – Câmpus Assis Chateaubriand desenvolve atividades nos três segmentos, a saber, ensino, pesquisa e extensão. Os projetos propostos pelo câmpus buscam sintonizar a atividade institucional com as necessidades apresentadas pela realidade local. A tabela abaixo contém os projetos desenvolvidos em nossa instituição.

PBIS 2012							
ANO	TIPO	FOMENTO	EDITAL	DENOMINAÇÃO	PROFONENTE COORDENADOR	MEMBROS	ALUNOS EFETIVOS
2012	EXT	PROENS	011/2012	Desenvolvimento de uma Maquete para Instalações Elétricas Residenciais	Alex Miyamoto Mussi	Everaldo Ribeiro Brinholle	BRUNO CASSOLI BORTOLOTO
2012	EXT	PROENS	011/2012	Materiais Alternativos	Andressa Bilha Cruz	Claudia Dell'Agnoio Petry Eliana Pelicon Pereira Figueira Helena Miyoko Miura da Costa Kathia Kunzler Bechlin	LUZINETE PINHEIRO MOTA
2012	EXT	PROENS	011/2012	IF SOLIDÁRIO	CLAUDIA DELL'AGNOIO PETRY	Anderson Santos Everaldo Ribeiro Brinholle Alex Miyamoto Mussi Amílcar Machado Profeta Filho Andressa Bilha Cruz Daniel Salésio Vandrussen Eduardo Goiano da Silva Eliana Pelicon Pereira Figueira Everson Vargas Franciele Fernandes Baliero Jair Fajardo Junior Jose Proveti Helena Miyoko Miura da Costa Kathia Kunzler Bechlin Leandro Pereira dos Santos Leo Mathias Mioca Michele Cristina Galli Ronald Guedes de Lima Tatiane Martinazzo Portz Tiago Henrique dos Santos Agnaldo Soares Tereschuk Cristine Maristela Limberger Daniela Cavaliere Fernando Baldi Biagi João Luiz de Mendonça Ortellado Jose Silvio Dotto Campanogara Leoni Maria Saier	FIA VIA LAIS PEREIRA LILLIAN JUCIANE SOUZA FONESI
2012	EXT	PROENS	011/2012	Citronela uma planta eficaz na prevenção da Dengue	Daniel Salésio Vandrussen		ERICA SOBRANE DE MOURA PSCHIEDTSAQU PEDRO DOS SANTOS
2012	EXT	PROENS	011/2012	Construção de Protótipo de uma Rádio FM - Teórico e Prático	Everaldo Ribeiro Brinholle	Alex Miyamoto Mussi Jair Fajardo Junior Claudia Dell'Agnoio Petry Eduardo Goiano da Silva	JULIO CESAR XAVIER DE ALMEIDA PAULO HENRIQUE GALERIANO DE OLIVEIRA ROBERTO DE LIMA RODRIGUES
2012	PESQ.	PROENS	011/2012	Cadeira de Rodas Elétrica com espelho Assistido	Jair Fajardo Junior	Alex Miyamoto Mussi Everaldo Ribeiro Brinholle	DOUGLAS DE SOUZA KAMADA LUIZ HENRIQUE SIMÃO DE SOUZA
2012				Coleta seletiva de resíduos eletrônicos	Kathia Regina Kunzler Bechlin	Eliana Pelicon Pereira Figueira Eduardo Goiano da Silva Franciele Fernandes Baliero Andressa Bilha Cruz Amílcar Machado Profeta Filho Agnaldo Soares Tereschuk	ADEMAR RODRIGUES DA SILVA
2012	EXT	PROENS	011/2012	Espanhol Básico	Michele Cristina Galli		NATALIA ARANTES DE OLIVEIRA
2012	EXT	PROENS	011/2012	Espanhol Básico para os Profissionais varejistas de Assis Chateaubriand	Michele Cristina Galli		ISABELA CRISTINA RODRIGUES DE OLIVEIRA
2012	PESQ.	PROENS	011/2012	PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS PROFISSIONAIS DE LOJAS VAREJISTAS DE ASSIS CHATEAUBRIAND-PR. Agroecologia nas Escolas	LÉO MATHIAS MILOCA Tatiane Martinazzo Portz	Eduardo Goiano da Silva Ronald Guedes de Lima Eliana Pelicon Pereira Figueira Eduardo Goiano da Silva Daniel Salésio Vandrussen	FERNANDA MENDES RODRIGUES VANUSA ALVES DOS SANTOS
2012	PESQ.	PROENS	011/2012	PERFIL SOCIOECONÔMICO E TECNOLÓGICO DOS AGRICULTORES FEIRANTES DE ASSIS CHATEAUBRIAND, PR.	RONALDO GUEDES DE LIMA	Darlene Vasata	JAQUELINE MATHIAS

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

[25] Comentário: Orientamos reorganizar o PPP observando, conforme o Parecer nº 04/2012, a metodologia (marcos) e outros elementos que devem ser contemplados no PPP.

A construção do projeto político-pedagógico é um processo dinâmico que deve estar em constante reavaliação. Enquanto processo é inacabado por definição. Não é um produto findo que pode ser engavetado ou esquecido pelos membros da equipe escolar, este precisa fazer parte de maneira ativa no dia a dia da instituição.

O Câmpus de Assis Chateaubriand por ser um instituto que ainda está na infância da sua trajetória, ainda possui muitas questões em andamento. Há ainda alguns itens em construção que estão sendo debatidos pelo grupo de servidores e comunidade.

9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988: atualizada até a Emenda Constitucional n. 20, de 15-12-1998. 21. ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

BRASIL. **Lei Federal 9.394/96** (LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional). 1996.

LIBÂNEO, J. C; OLIVEIRA, J. F de; TOSCHI, M. S. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

LÜCK, H. [et al]. **A escola participativa: o trabalho do gestor escolar**. 5ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

_____. **Gestão educacional: uma questão paradigmática**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

MEC. Ministério da Educação. **Parecer CNE/CEB 16 de 1999**.

MICHELS, M.H. **Gestão, formação docente e inclusão: eixos da reforma educacional brasileira que atribuem contornos à organização escolar**. In: Revista Brasileira de Educação. Rio de Janeiro, ANPED; Campinas, Autores Associados, v. XI, nº 33, set./dez., 2006, p.406-423.

PARANÁ. Instituto Federal. **Estatuto**. Acesso em www.ifpr.edu.br.

VEIGA, I. P. A. **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. Papyrus, 2002.